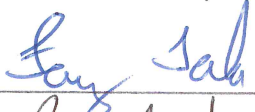


Dê-se ciência ao
Plenário e archive-se.


Presidente
01/02/2021

Ofício GPL nº 005/2021
Processo SEI nº PMJ. 1183/2021

Jundiaí, 01 de fevereiro de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

Vimos, pelo presente, encaminhar para apreciação de Vossas Excelências, por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 2021 e em atendimento ao que dispõe o inciso XIV, art. 72 da Lei Orgânica de Jundiaí, mensagem expondo a situação fiscal do Município e os resultados da execução do Plano de Governo do período 2017-2020, bem como os compromissos estabelecidos para os anos de 2021 a 2024.

O País atravessa, assim como as demais Nações mundiais, um momento extremamente difícil, provocado por uma crise sanitária sem precedentes na história em que, assolados pela pandemia da Covid-19, exige respostas rápidas do Poder Público no combate à disseminação do vírus, ao mesmo tempo em que é necessário manter postura fiscal austera para salvaguardar a retomada da economia, o equilíbrio das contas públicas e a prestação dos serviços essenciais à população.

Em 2020, a queda prevista nas receitas dos municípios foi parcialmente mitigada por aportes que vieram do Governo Federal, o que não significa que as dificuldades no campo fiscal foram totalmente solucionadas, pois, muitos esforços ainda são necessários no contingenciamento da situação econômica do Município que ainda vive sob os efeitos da pandemia da Covid-19.

A retomada da atividade econômica somada à expectativa pela vacinação da população são fatores que o mercado leva em consideração para estimar a recuperação da economia. Além disso, o andamento da agenda de reformas também é essencial para melhorar o ambiente de negócios e destravar os investimentos, empurrando a retomada. Não obstante todas as incertezas que orbitam em torno desses pontos, as projeções de crescimento do PIB têm viés de alta para 2021. Porém, agiremos com extrema cautela, em todas as hipóteses de crescimento, mesmo na mais otimista.

Registramos, por oportuno, que ao longo dos últimos anos, Jundiaí vem mantendo a 7ª posição no ranking dos municípios do estado de São Paulo e a 17ª do Brasil, segundo estudo divulgado pelo IBGE publicado em dezembro/2019 (PIB dos Municípios Brasileiros). A soma de todas as riquezas produzidas em Jundiaí ultrapassou a cifra de R\$ 41 bilhões, o que corresponde a 0,62% da produção nacional e pouco mais de 2,0% da estadual. A renda per capita (PIB distribuído entre toda a população) é de R\$ 105,2 mil¹, o que representa o dobro da renda estadual e três vezes a renda nacional apurada no mesmo período. A preocupação reside nos períodos posteriores, quando os efeitos da pandemia serão contabilizados na apuração.

A inflação fechou 2020 com viés de alta, em 4,52%, a maior desde 2016 (6,29%), segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado no dia 12/01 pelo IBGE. A grande preocupação está na alta dos alimentos que compromete o orçamento das famílias com menor renda. O indicador de dezembro, que foi divulgado junto com o acumulado do ano, acelerou para 1,35%, a variação mais intensa desde fevereiro de 2003 (1,57%) e a maior para um mês de dezembro desde 2002 (2,10%).

Outra preocupação que pauta o cenário econômico é a crescente taxa de desemprego, que já superou a marca de 14 milhões de brasileiros. Neste início de ano essa taxa deve crescer, antes de iniciar a trajetória

¹<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jundiai/panorama>

de queda. Com o fim do auxílio emergencial do Governo Federal, a tendência é de crescimento no número de empregos informais e de aumento da vulnerabilidade social. Devemos ter uma retomada do emprego informal até mais forte do que o formal em 2021.

No âmbito local, adotamos em 2017, a austeridade como valor essencial para recuperação das finanças municipais. Após consolidado o processo de retomada do equilíbrio orçamentário nos anos iniciais do primeiro período deste governo, e recuperada a capacidade do município de honrar seus compromissos financeiros e de captar recursos para investimentos, viabilizamos o programa "Avança Jundiaí", o maior pacote de investimentos na história da cidade. São, ao todo, cerca de R\$ 174,3 milhões em recursos aprovados por esta Casa e que estão, desde 2019, em execução, beneficiando várias áreas, especialmente as mais sensíveis como saúde, educação, cultura, esporte, segurança e mobilidade, com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e na modernização da infraestrutura da cidade, com vistas a fortalecer os atributos necessários à atração de empresas e empregos para a cidade.

São obras necessárias que atendem às demandas mais antigas dos cidadãos e, também, viabilizam resolver os problemas mais recentes da urbe, como a recuperação de importantes corredores do sistema viário, a construção e reforma de escolas e a conclusão das UPAs.

A despeito dos inúmeros desafios a serem superados, temos convicção de que os resultados alcançados até o momento corroboram esse sentimento de que a gestão baseada na austeridade fiscal, com foco na melhoria contínua dos serviços públicos e no atendimento de qualidade à população, podem ser aperfeiçoados. Neste novo período de governo, a proposta de transformar Jundiaí em uma cidade inteligente (*smart city*), com o emprego de inovação tecnológica em áreas essenciais como educação, saúde, mobilidade, transporte e segurança, levará a cidade a patamares mais elevados de prestação de serviços, ofertando cada vez mais qualidade de vida a seu cidadão. Atualmente, o município

ocupa a 4ª posição no ranking do IDH - Índice de Desenvolvimento Humano entre os municípios paulistas, segundo o PNUD Brasil².

A seguir, apresentaremos pontos importantes da avaliação fiscal do Município, bem como os compromissos do Plano de Governo 2021-2024 (documento anexo) assumidos com o cidadão jundiaiense para este mandato que se inicia.

SITUAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO

Arrecadação das receitas em 2020

Os reflexos da pandemia na arrecadação municipal foram muito impactantes, o que demandou ações rápidas e um grande esforço para equilibrar a frustração de receitas sem deixar de atender as necessidades da população neste crítico momento que culminou no estado de calamidade pública decretado em março de 2020.

Assim a economia do País caminhou em ritmo lento durante o ano, o desemprego aumentou consideravelmente e o impacto na renda das famílias e empresas foi forte, a inflação acelerou, apesar de ter fechado 2020 ainda dentro da meta do governo.

A arrecadação estimada na LOA de 2020, apenas para a Administração Direta, foi de R\$ 2,22 bilhões, tendo sido frustrada em cerca de 7%, ou R\$ 152,65 milhões.

A queda na atividade econômica motivada pela pandemia do novo Coronavírus (Sars-Cov-2) impactou negativamente na arrecadação da maioria das rubricas de receita, em especial o ICMS e ISSQN, duas das principais fontes de receita do município. Apesar de não alcançarmos a meta da receita, tivemos um crescimento nominal das receitas correntes de R\$ 93,32 milhões, o

² PNUD Brasil: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>

que representou aumento nominal de 4,91% em relação à receita efetivamente arrecadada em 2019.

Entre as receitas próprias de maior relevância estão o ISSQN, que foi o responsável por um montante arrecadado em 2020 de R\$ 285,90 e o IPTU, com R\$ 183,03 milhões. As transferências correntes, provenientes dos governos estadual e federal, têm parcela importante na composição da receita municipal. A arrecadação do ICMS (já deduzida a parte do FUNDEB) chegou a R\$ 552,61, que equivale a 27,73% do total da receita. O FPM recebeu transferências no montante de R\$ 52,42 milhões; o Fundo Municipal de Saúde recebeu repasses destinados ao financiamento do SUS – Sistema Único de Saúde, no valor de R\$ 185,96 milhões e o FUNDEB, representou uma receita líquida de R\$ 160,54 milhões. Além dos repasses constitucionais, Jundiaí recebeu no ano que se encerrou, ajuda financeira federal decorrente da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, na ordem de R\$ 40 milhões, para equalizar as perdas com a arrecadação, além de repasses do SUS vinculados ao enfrentamento da pandemia.

Com o intuito de divulgar os dados fiscais de forma clara, foi elaborado em 2020 o Guia de Finanças (<https://jundiai.sp.gov.br/guia-de-financas-2020/>), disponível tanto no site da Prefeitura como no Portal da Transparência. Organizado de modo didático a fim de mostrar as principais fontes de recursos que financiam os serviços públicos no município. Sua finalidade também é detalhar como se estruturam as áreas da saúde, educação, assistência social, conservação urbana, esporte, lazer e cultura, entre outras, e o quanto cada uma delas consome das receitas.

O Guia foi desenvolvido no âmbito do Programa de Educação Fiscal e contribui para elevar o nível de transparência da administração e para que os cidadãos aprofundem seus conhecimentos sobre o funcionamento e a organização da administração municipal.

Outra importante ferramenta que aumenta o nível de transparência ativa do Município é o Observatório, criado em 2017. Neste

repositório é possível encontrar indicadores de diversas fontes, consolidados por plataformas de serviços ou por unidades de gestão, que permitem ao cidadão acompanhar os avanços das políticas públicas municipais. Atualmente estão disponíveis no site do Observatório 184 indicadores primários e 26 secundários. Além das informações de 173 entregas realizadas e 77 que ainda estão em andamento.

Resultado Orçamentário e Econômico do Município

Em 2017, após a implantação do plano de ação de recuperação financeira, simultaneamente com as ações de planejamento e medidas de gestão, finalizamos o primeiro ano de mandato com as dívidas negociadas e equalizadas, o que nos proporcionou fechar o ano em equilíbrio fiscal, situação essa também verificada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, durante a auditoria anual regular.

No entanto, medidas emergenciais como o corte de 30% (trinta por cento) dos cargos em comissão, redução do número de secretarias para 16 (dezesesseis), do não reajuste dos salários dos servidores naquele primeiro ano (2017), bem como da decisão de reduzir os valores dos contratos para adequá-los à realidade orçamentária, precisavam de atenção especial e de ajustes nos anos de 2018/2019. E foi exatamente o que fizemos. Em 2018, atualizamos os salários dos servidores baseados na correção inflacionária dos dois anos anteriores, e em 2019 apesar de divididos em duas parcelas (maio e novembro) atualizamos os salários com a correção inflacionária e honramos todos os compromissos financeiros, restaurando a confiança interna dos servidores e dos fornecedores de bens e serviços. Em 2020, por força da Lei Complementar federal nº 173, que viabilizou postergações de pagamentos de parcelas de financiamentos e de contribuições previdenciárias, além de ajuda financeira para o enfrentamento à pandemia e seus reflexos, como contrapartida, a Prefeitura ficou impedida de aumentar a despesa com pessoal e reajustar salários, dentre outras restrições para contenção de gastos.

Destacamos que entre as principais despesas com recursos próprios da administração direta em 2020, estão os gastos com pessoal e o custeio, que atingiram valores acima de R\$ 1,29 bilhão, demonstrando que a capacidade de investimentos com recursos próprios permanece limitada. No entanto, o gasto total com pessoal como proporção da receita corrente líquida – índice de controle da LRF, encontra-se estável no patamar de 45%.

É importante destacar que só foi possível empenhar recursos orçamentários para resolver estas demandas em função dos resultados obtidos a partir de maior eficiência na gestão dos recursos, que também reverteu a situação deficitária herdada. A propósito, faço aqui um agradecimento especial a esta Casa que também efetuou contenções, colaborando de forma expressiva para o resultado positivo alcançado no final do ano, comprovando, assim, a seriedade no trato dos recursos do contribuinte.

Projeções Econômicas e Orçamentárias para o Município em 2021

Nossa percepção acompanha a dos principais agentes econômicos do mercado e também dos consumidores, considerando ainda os reflexos da pandemia e principalmente o quadro de desemprego no país. Assim, o crescimento em 2021 deve ser moderado com viés positivo no âmbito do município, principalmente com relação à chegada de novas empresas que têm decidido instalar sua base de negócios na cidade, impactando no volume de oferta de empregos e que potencializam o valor adicionado e a participação do Município na distribuição dos recursos de impostos, principalmente o ICMS e o ISS, que são as nossas maiores fontes de receita.

No entanto, este sinal de melhora ainda é tímido dado que nos últimos anos fomos assolados por uma severa recessão, o que gerou uma demanda reprimida imensa por serviços e investimentos na modernização da infraestrutura da cidade. Devemos ter pressões no orçamento do Município, mormente, para atender à expansão da demanda por serviços nas áreas de saúde,

educação, assistência social e transporte, em razão dos reflexos socioeconômicos trazidos pela pandemia.

As projeções inflacionárias e de crescimento do PIB para 2021 são de 3,43% e de 3,45%, respectivamente, conforme estimativas publicadas no relatório Focus de 15/01/2021, do Banco Central do Brasil.

Avaliamos, portanto, que ainda são necessários esforços de contenção das despesas correntes para que possamos elevar a capacidade de execução do nosso Plano de Governo, pois, iniciamos 2021 com frustração projetada nas Receitas na ordem de R\$ 98,0 milhões, refletindo a necessidade de uma postura continuada de austeridade na gestão dos recursos.

Como se trata de um projeto de continuidade administrativa, prosseguiremos com a execução dos programas definidos no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, com foco nos resultados e avanços apurados no primeiro período de governo, ao tempo que iniciamos um novo ciclo de planejamento, com a elaboração de um novo planejamento para o período de 2022 a 2025, selecionando prioridades em cada uma das áreas, em especial àquelas mais sensíveis à população – nesse momento difícil em que vivemos a pandemia - como saúde, educação, assistência social, segurança e desenvolvimento econômico local com estímulo ao empreendedorismo e à geração de empregos para que, assim, a cidade avance daqui para o futuro por caminhos sustentáveis e inteligentes, com olhos atentos para a nova geração, isto é, suas crianças de hoje.

Destacamos, por sua essencialidade e relevância, os investimentos programados para melhorar a segurança municipal, por meio do projeto Município Seguro, que prevê a aplicação de R\$ 30 milhões contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a partir de 2021 até 2023. Os recursos serão utilizados na construção de uma central de urgência e emergência, conectando a Guarda Municipal (GM) ao SAMU e à Defesa Civil. Também estão previstos o reaparelhamento e capacitação da GM (aquisição

de armamentos, equipamentos e novas viaturas), uma nova central integrada de videomonitoramento e a expansão do sistema de câmeras de vigilância eletrônica com a utilização de tecnologias, como o OCR (câmeras com leitura automática de placas) e vídeo *analytics* (câmeras com sensores de movimento).

Seguiremos pautados pelo modelo de gestão orientada para resultados, utilizando metodologia de gerenciamento de projetos para aumentar o nível de eficiência e efetividade das entregas programadas para os próximos anos, especialmente dos projetos com alto impacto econômico e social.

Ao encaminhar a presente mensagem e o Plano de Governo 2021-2024, que espelham de forma global a situação do Município e a condução das propostas de metas da Administração Municipal para o primeiro ano, permanecemos convictos de que os Senhores Vereadores não faltarão com seu valioso apoio para que juntos possamos trabalhar pela nossa cidade e avançarmos para índices cada vez mais significativos de eficiência dos serviços públicos, de desenvolvimento e de qualidade de vida.

Nesta oportunidade, reiteramos nossos votos de elevada estima e consideração.

Respeitosas saudações,



LUIZ FERNANDO MACHADO
Prefeito Municipal

Exm^{os}. Srs.
Presidente **FAOUAZ TAHA e Vereadores**
Câmara Municipal de Jundiaí
Rua Barão de Jundiaí, nº 128 - Centro
13201-010 - Jundiaí - SP

Plano de Governo

2021 | 2024

Jundiaí em 1º lugar

Luiz Fernando Machado, prefeito
Gustavo Martinelli, vice



Coordenador geral: José Antonio Parimoschi

ÍNDICE

1. Mensagem do Luiz Fernando	4
2. Apresentação	5
3. Transformar Jundiaí em uma cidade inteligente e conectada	8
4. Tendências mundiais e desafios das cidades brasileiras	12
4.1 Impactos regionais	12
4.2 Perspectivas econômicas	13
4.3 Desafios da gestão municipal	13
5. Execução do Plano de Governo 2017-2020	14
5.1 Avaliação das iniciativas do Plano de Governo	15
6. Jundiaí alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	17
7. Inovações na governança municipal	19
7.1 Reforma administrativa para institucionalizar a governança para resultados	19
7.2 Um novo modelo sistêmico de gestão organizado em plataformas	21
7.3 A nova área de Governo	23
7.4 Utilizando o conceito do Orçamento por Resultados (OpR) para elaboração do PPA	24
7.5 Avaliação e monitoramento permanentes	26
8. Uma Política de Governança da Administração Pública Municipal	27
9. Uma Rede de Cooperação com toda Jundiaí	29
10. Um nível acima na transparência	30
11. Balanço das prioridades até o início de 2020	31
11.1 Resultado orçamentário e econômico do município	32
11.2 Entregas	33
12. O PPA como base para o novo Plano de Governo 2021-2024	38
12.1 Resultados da execução do PPA	38
12.2 As Dimensões Transformadoras da cidade e seus objetivos estratégicos	40
13. Propostas inovadoras para uma Cidade Inteligente e Conectada	45

Diretrizes do Plano de Governo da candidatura majoritária Luiz Fernando Arantes Machado, prefeito, e Gustavo Martinelli, vice, pela Coligação “Jundiaí em 1º lugar”, integrada pelos partidos coligados PSDB, DEM, MDB, PL, PP, REPUBLICANOS, PTB, PSC, AVANTE, PV e apoiada pelo PTC. Município de Jundiaí, Estado de São Paulo, Brasil. Versão para registro na Justiça Eleitoral. Setembro, 2020.

“Jundiaí se moderniza e busca tornar-se mais humana. Para lidar com as questões do presente e com os desafios do futuro, os esforços da Prefeitura e de seus colaboradores visam garantir o aperfeiçoamento contínuo da prestação de serviços e a melhoria na qualidade de vida da população. Crescimento econômico por si só não basta. Por isso, planeja-se um futuro em que a cidade se desenvolva de modo sustentável e inteligente, colocando as pessoas em primeiro lugar”.

Luiz Fernando Machado, prefeito de Jundiaí.

Relatório: Jundiaí. Visão para uma cidade mais sustentável.

City Performance Tool

Junho 2019

1. Mensagem do Luiz Fernando¹

Eu tenho um enorme orgulho e uma grande responsabilidade de ser prefeito de uma das melhores cidades do Brasil, que se destaca por sua elevada qualidade de vida, associada a um grande desenvolvimento.

Jundiaí pagou um preço muito alto por viver um período de uma gestão irresponsável. Sentimos o gosto amargo de residir em uma cidade sem gestão, sem senso de direção e sem planejamento.

Eu me lembro de quando chegamos à Prefeitura em 2017, encontramos uma cidade endividada e muito mal conservada.

Mas, desde o início dessa caminhada, sabíamos por onde começar e em qual lugar gostaríamos de chegar. Foi com muito foco e com muito trabalho que colocamos a casa em ordem.

Montamos uma equipe técnica capacitada e comprometida. Formamos um grande time de gestores e servidores públicos que nos ajudaram a realizar um governo eficiente e econômico.

Organizamos as finanças da Prefeitura, cortamos gastos e elegemos prioridades. Nossos programas de governo provam que a cidade está crescendo com o objetivo de oferecer qualidade nos serviços públicos prestados às pessoas.

E, depois de ter colocado a casa em ordem, iniciamos nosso projeto de colocar Jundiaí em primeiro lugar, com o esforço de todos nós – equipe de governo e nossa população. Jundiaí, hoje, encontrou-se com seu destino: estar entre as melhores do país em gestão pública e qualidade de vida.

Hoje podemos dizer que vivemos em uma cidade que é pioneira em inovação nos serviços públicos e que é modelo de gestão para muitos outros municípios brasileiros.

Eu dizia na campanha de 2016: “O maior legado de um homem público é investir na educação”. E hoje posso dizer que um dos grandes motivos de orgulho do nosso governo é o fato de que aqui as crianças estão prontas para o futuro.

Temos desafios pela frente, mas podemos afirmar que hoje somos uma das poucas cidades do País que conseguiram associar desenvolvimento econômico, geração de emprego e qualidade de vida. Aqui se vive mais e se vive melhor.

Nós temos um governo forte e sabemos fazer gestão pública. Atravessamos tempos difíceis nesses quatro anos, superando cada uma das crises e apresentando bons resultados à nossa cidade.

Eu tenho uma enorme capacidade de ter esperança e otimismo. Se alguém duvida que essa cidade percorrerá o caminho do primeiro lugar, não duvidem. Com a equipe que temos, Jundiaí estará sempre buscando o primeiro lugar.

¹ Discurso na Convenção do PSDB Jundiaí, em 15/09/2020.

Agradeço muito à minha família, aos meus pais, ao meu irmão e, especialmente, aos meus filhos e à minha esposa Vanessa, que cumpre uma missão que não pediu. Ela é voluntária, não recebe salário e trabalha muito. É corajosa e determinada. Nos últimos anos, não foi só minha namorada, esposa e mãe dos meus três filhos. Foi também minha melhor amiga.

Eu nunca disse, “Amor”, que a nossa jornada, após as eleições de 2016, seria simples e fácil. E muito menos agora, diante de um desafio enorme trazido pela COVID-19 e suas consequências, eu prometeria isto.

Os nossos próximos tempos serão ainda mais difíceis. Porém, o caminho árduo nos leva a um lugar melhor. O nosso caminho será longo, mas continuaremos juntos. Vamos juntos, com cada jundiaiense, manter Jundiaí no rumo certo, no lugar onde sempre mereceu estar: em primeiro lugar!

Luiz Fernando Machado, prefeito de Jundiaí

2. Apresentação

Partimos da premissa de que o papel estratégico da cidade de Jundiaí precisa estar em permanente renovação para que possamos avançar em todas as dimensões do desenvolvimento, com os olhos voltados às oportunidades do futuro.

Estimular o crescimento da economia e da geração de emprego, implementar políticas que reduzam a pobreza e a desigualdade, construir um ecossistema de inovação para atrair empresas internacionais para o município, oferecer suporte para os empreendedores e facilitar a instalação de empresas de tecnologia de ponta na cidade, investir em tecnologia para melhorar a qualidade do serviço público e transformar Jundiaí em uma cidade que prioriza as crianças são estratégias prioritárias do nosso Plano de Governo (PG) para o próximo mandato.

Para tanto, não basta propor somente a atualização do que conquistamos até aqui. É necessário inovar, em todos os sentidos, para superar os desafios que se impõem ao desenvolvimento das cidades. As transformações econômicas, sociais e ambientais, cada vez mais intensas, e as perspectivas futuras mostram a necessidade de se buscar novos caminhos, sustentáveis e mais inteligentes.

A busca por mais eficiência e transparência, favorecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação, é condição para o sucesso da cidade e o bem-estar do cidadão. Isso significa que não bastam somente mudanças nos processos administrativos que diminuem a burocracia. É preciso renovar os compromissos dos governantes, das instituições e dos servidores, com a efetividade dos resultados e com a qualidade dos gastos públicos. Daí porque propomos uma administração pública altamente profissionalizada para Jundiaí.

A intenção deste documento é dar publicidade ao eleitor das estratégias que serão usadas para definir as prioridades que posicionarão Jundiaí em primeiro lugar nos rankings de desenvolvimento no próximo quadriênio (2021-2024).

Esperamos, com isto, engajar o maior número de munícipes na construção deste plano, para que a cidade continue avançando de forma sustentável e inteligente em todas as dimensões de desenvolvimento.

Como se trata de um projeto de continuidade administrativa, prosseguiremos com a execução dos programas e políticas definidos no Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, com foco nos resultados e avanços apurados no primeiro período de governo, ao tempo que iniciamos, neste momento, a colheita de novas demandas junto à comunidade, com a finalidade de debater onde queremos chegar, selecionando prioridades para a cidade percorrer daqui para o futuro. Em 2021, esta proposta de PG servirá de subsídio para a elaboração de um novo PPA para o período de 2022-2025.

No primeiro período, defendemos que Jundiaí se tornasse uma cidade mais humana. Conseguimos ajustar as engrenagens da cidade e reorganizar os serviços públicos municipais², que estavam deteriorados e não correspondiam ao padrão de qualidade exigido pelo contribuinte. Agora, eles devem ser melhorados com o uso de modernas tecnologias, capazes de simplificar, facilitar e agilizar ainda mais o acesso e o atendimento ao cidadão, em linha com as novas demandas da sociedade, especialmente no pós-COVID-19.

Nosso compromisso é tornar Jundiaí uma cidade mais inteligente, acessível, confortável, segura e de fácil mobilidade, usando os conceitos das cidades inteligentes (*smart cities*). Outra estratégia que será fortalecida nos próximos anos é a internacionalização de Jundiaí.

Recentemente, o prefeito firmou protocolo de compromissos com uma rede mundial de cidades que priorizam políticas públicas voltadas para a primeira infância e apresentou as ações desenvolvidas pelo município na *Urban 95*³, na Holanda, no final de 2019.

A propósito, Jundiaí é o primeiro município do Estado de São Paulo a integrar a Rede Latino-Americana de Cidades das Crianças por possuir políticas públicas voltadas para a primeira infância, que acompanham a gestante e a criança desde a sua concepção. O município criou um Comitê formado por 24 crianças de todas as regiões da cidade com a finalidade de debater propostas de políticas públicas para a primeira infância a serem apresentadas para o Poder Executivo, a exemplo do que aconteceu no final de 2019.

Além de priorizar as políticas para as crianças e para os jovens, terão sequência as ações para assegurar os direitos básicos dos idosos, das mulheres e das minorias.

Os mesmos valores e princípios, sob o qual atuamos neste primeiro período de gestão, continuam sendo essenciais para superarmos os desafios de um novo mandato. Nossa gestão atuará de forma austera, responsável, transparente e profissional, respeitando o cidadão. Não serão tolerados desperdícios e desvios. Tudo será planejado, executado e monitorado com inteligência, eficiência e participação, usando todas as ferramentas de governança à disposição da equipe de governo, para que a cidade melhore e evolua.

Reiteramos nossas estratégias voltadas para o fortalecimento da economia local, estímulo ao empreendedorismo, geração de empregos, além da melhoria contínua dos serviços de saúde, educação, cultura, segurança, esporte, lazer, entre outros, que contribuem para elevar a qualidade de vida da cidade.

Além de inovar os serviços municipais, é fundamental usar os equipamentos públicos existentes de forma mais racional, permitindo a integração com outros serviços e aumentando o nível

² Um novo Portal de Serviços foi implantado, disponibilizando uma carta de serviços à população e ampliando o canal 156. <https://156cijun.custhelp.com/>

³ Saiba mais sobre a *Urban 95* no link: <https://bernardvanleer.org/pt-br/solutions/urban95-pt/>

de colaboração do governo. Isso vale não só para escolas e unidades de saúde, mas para os espaços públicos e outros equipamentos urbanos.

Este mesmo conceito também deve ser empregado para aumentar a preservação dos recursos naturais e os ativos ambientais da cidade, como a Serra do Japi, por exemplo, que vai além dos limites do nosso município. Há que se buscar formas responsáveis de usufruir desses espaços, integrando-os às atividades escolares, culturais, esportivas e de lazer. Essas práticas não só valorizam esses ativos e contribuem para sua própria preservação, como também favorecem o bem-estar e a promoção da saúde dos moradores e visitantes do município.

A propósito, esse último aspecto é particularmente relevante, em face do envelhecimento populacional e do potencial aumento da demanda por serviços de saúde. Proporcionar uma vida saudável aos moradores da cidade é um meio muito mais eficiente de promover a saúde e prevenir as doenças do que tratá-las. Com esse mesmo intuito, tornar a cidade mais acessível, confortável, segura e de fácil mobilidade é um de nossos principais objetivos.

Concluindo, este documento será registrado na Justiça Eleitoral, porém, as discussões com a sociedade prosseguirão até o final da campanha, para que outras propostas possam ser democraticamente incorporadas ao plano. Por isso, reafirmamos o compromisso com a cidade de não fazer promessas que não possam ser cumpridas, pois vamos trabalhar de forma a entregar cada meta estabelecida em nosso plano, usando racionalmente os recursos orçamentários disponíveis, dentro dos princípios da responsabilidade fiscal e da política de governança pública.

Desde já, assumimos o compromisso de apresentar, em dezembro deste ano, um marco legal que fundamente a política de governança para a administração pública municipal, para assegurar a perenidade das boas práticas de gestão e afastar qualquer possibilidade do nosso munícipe enfrentar retrocessos nas políticas e programas governamentais que contribuem para melhorar de forma contínua a gestão pública, os serviços e a qualidade de vida da cidade.

Jundiaí persegue os paradigmas de uma governança pública que seja sustentável, a exemplo de modelos que estão em constante desenvolvimento em países como Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e Canadá⁴, cujos princípios básicos de integração, articulação e colaboração são comuns a todos, assim como o foco em resultados.

Esperamos que os eleitores de Jundiaí aceitem o convite para continuar nos acompanhando neste novo modelo de planejamento público que coloca o ser humano no centro da atenção e transforma o município em uma cidade inteligente e conectada, a exemplo das melhores cidades do mundo para se viver.

Luiz Fernando Machado, prefeito

Gustavo Martinelli, vice

⁴ O Reino Unido criou o *joined-up government*; a Nova Zelândia criou a governança integral e colaborativa; a Austrália foi o país que mais avançou neste novo modelo de governança, criando o *whole-of-government*; e o Canadá estabeleceu o governo horizontal.

3. Transformar Jundiaí em uma cidade inteligente e conectada⁵

O dicionário define cidades como aglomerações humanas circunscritas em um território geográfico.

A cidade é um organismo vivo, que precisa ser administrada de maneira sistêmica e de forma eficiente. E é permeada de problemas, cujos efeitos são comumente atacados pelos gestores públicos.

No entanto, o olhar precisa se voltar para as causas desses problemas, para mudar a lógica atual e trabalharmos de forma preditiva e preventiva. Antecipar cenários futuros é fundamental para o atendimento qualitativo das mais diferentes áreas, dentre elas, saúde, educação, transporte, segurança, desenvolvimento social, econômico e ambiental e outras. Assim, o conhecimento e a análise sistemática de informações qualitativas e quantitativas (usando ferramentas de *big data*) serão exigências contínuas dos gestores municipais nos próximos períodos.

A busca por dados oriundos de coletas primárias e secundárias é uma das principais premissas desse novo modelo de planejamento público. A proposta é obter resultados do compartilhamento de um sistema de gerenciamento estratégico e eficiente que monitora, comanda e integra sistemas, serviços, informações e planejamento, auxiliando na tomada de decisões e atendimento eficientes às questões sociais e urbanas.

A expressão “cidade inteligente” nasceu na década de 1980 nos Estados Unidos. Na época, o assunto era restrito ao uso da tecnologia da informação nos serviços municipais. No entanto, este conceito é muito mais amplo, e a cidade inteligente está baseada no tripé de sustentabilidade econômica, social e digital.

Segundo o arquiteto e urbanista Carlos Leite, autor do livro “Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes”, quanto maior for a conectividade em todos os fluxos, mais inteligente a cidade será. A gestão urbana se torna mais ágil e eficiente, pois não é necessário ficar “caçando informações nos mais diversos departamentos”.

Apesar de ser um tema ainda novo, o conceito de cidade inteligente se consolidou como tema de discussão global sobre desenvolvimento sustentável por meio do uso de soluções tecnológicas. Mais da metade das cidades europeias com mais de 100 mil habitantes desenvolvem projetos para se tornarem *smart cities*.

Uma das características da cidade inteligente é usar o poder de conectividade para gerar benefícios para a população, principalmente às pessoas de baixa renda. É uma maneira de promover a inclusão social em um mundo totalmente conectado.

⁵ Conceito utilizado pela *Urban Systems*, que promove o *ranking Connected Smart Cities* (Cidades inteligentes e Conectadas).

No Brasil, o governo federal, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, lançou, em 2018, um programa chamado Minha Cidade Inteligente, com a finalidade de instalar 900 km de redes de fibra ótica em 334 municípios, por todas as regiões do país. A seleção foi feita com base no número de habitantes e no índice de desenvolvimento humano e acesso à internet.

Porém, apenas 71 municípios foram contemplados pelo programa, cujo objetivo é ampliar o acesso da população à internet e melhorar os serviços públicos locais. O programa federal também previa a modernização da gestão municipal, por meio de aplicativos a serem usados no monitoramento inteligente de serviços como iluminação pública, trânsito e segurança. Dessa forma, as prefeituras poderiam oferecer serviços on-line aos munícipes.

Ampliar o processo de inclusão digital é uma maneira de aumentar a segurança da própria população em relação a desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra em áreas de risco. As prefeituras podem cadastrar os munícipes e alertá-los de maneira instantânea por meio de aplicativos como o *WhatsApp*, evitando-se maiores danos à população. Tragédias, como a registrada em Mariana (MG), poderiam ser amenizadas caso houvesse um sistema de comunicação eficiente para alertar a população sobre o rompimento da barragem da mineradora Samarco.

Aparatos tecnológicos dessa espécie permitem melhorar a economia e o desenvolvimento local. Investir em tecnologias para cidades inteligentes é um fator positivo para o município atrair empresas internacionais e nacionais de ponta.

Segundo especialistas em cidades inteligentes no Brasil, a inclusão digital, em pouco tempo, deverá ser um direito básico do cidadão, como saúde e educação. A propósito, no México, o acesso à internet de banda larga já é reconhecido como um direito do cidadão.

Se por um lado a tecnologia é uma aliada importante na divulgação e informações importantes do poder público, ela também funciona no sentido contrário: encaminhando demandas da população usando as redes sociais e aplicativos para *smartphones* que permitem aos cidadãos fiscalizar, avaliar e propor melhorias para os mais diversos serviços públicos, de buracos de rua e problemas de iluminação pública até atendimentos em postos de saúde e escolas.

Um aplicativo desenvolvido pela Colab.re, empresa de tecnologia que atende inúmeras cidades brasileiras, avançou nessa aproximação entre o gestor e o cidadão, criando um processo colaborativo entre munícipe e poder público.

As vantagens vão desde o aumento da capacidade de atendimento até a redução do tempo de espera pelo serviço. Outra vantagem é a otimização de recursos financeiros e humanos envolvidos nesses atendimentos. Como os aplicativos permitem um detalhamento maior da demanda ou da reclamação e o envio de fotos, o agente público pode analisar melhor o problema antes de enviar uma equipe ao local.

No entanto, os especialistas alertam para o fato de que os benefícios da tecnologia devem ser acompanhados por um sistema de gestão que contemple todas as etapas do processo, para que

uma cidade seja realmente considerada inteligente. Não adianta ter um aplicativo para marcação de consultas se não existem médicos no posto de saúde ou se eles não cumprem o horário acordado.

Portanto, há diversos conceitos de cidades inteligentes, desde os que estão mais apoiados em tecnologia, até aqueles que estão mais relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade. O conceito mais moderno e abrangente reconhece que o desenvolvimento da cidade inteligente só é atingido quando os agentes locais compreendem o poder da conectividade entre todos os setores.

Exemplo disso é a consciência de que investimentos em saneamento estão atrelados não apenas aos ganhos ambientais, mas também aos ganhos em saúde que, no longo prazo, reduzirão os investimentos na área (atendimentos na saúde básica) e, conseqüentemente, impactarão em questões de governança e até mesmo na economia.

Outro exemplo é a importância da educação, não apenas como índices básicos de atendimento do serviço e qualidade do ensino, mas o poder que ela possui na formação e reprodução de potenciais de cada cidade. O entendimento das potencialidades municipais permite a atração de investidores e a criação de cursos atrelados às cadeias produtivas locais, que irão repercutir na atração de empresas e ampliação de *clusters*, bem como possibilitar uma melhoria na condição social, que terá impacto em todos os demais setores.

Portanto, este conceito mais amplo de cidade inteligente e conectada preconiza não ser possível que municípios atinjam sustentabilidade ambiental ou social, sem a base de um desenvolvimento econômico que garanta uma reprodução dos ganhos nas outras esferas.

O *Connected Smart Cities (CSC) - Urban System*, divulga um ranking anual de cidades inteligentes e conectadas no Brasil, baseado na análise de 70 indicadores distribuídos pelas dimensões de desenvolvimento: sociais, econômicas e ambientais.

Para a construção de cidades mais inteligentes, humanas e sustentáveis, o CSC se pauta pelos seguintes princípios: i) integração; ii) inovação; iii) colaboração; iv) transparência; e v) foco nas pessoas.

O tema cidades inteligentes foi introduzido em Jundiaí por meio de um programa inserido no PPA 2018-2021, com o planejamento de ações estruturantes na cidade tendo como finalidades ampliar os serviços digitais à disposição do cidadão e aumentar o nível de colaboração com o poder público.

O programa foi criado pela Unidade de Gestão de Governo e Finanças (UGGF) em 2017, mas envolve todas as unidades da gestão municipal, como partes integrantes do plano de cidade, prevendo ações com impacto nas três dimensões do desenvolvimento, como fomento da economia, aumento da qualidade de vida dos cidadãos e eficiência nas operações urbanas.

Transformar Jundiaí em uma cidade inteligente e conectada é, portanto, tema central do nosso PG, que servirá de base para a estruturação do PPA 2022-2025.

4. Tendências mundiais e desafios das cidades brasileiras

A pandemia do Novo Coronavírus interrompeu alguns dos principais aspectos da globalização, quais sejam, a integração crescente entre países e o aumento da velocidade dos fluxos de comércio entre pessoas e empresas. Jundiaí é sede de mais de 160 empresas internacionais, portanto, está inserida neste contexto e sentirá os efeitos dos reposicionamentos pós-pandemia.

A propósito desta pandemia mundial, o mundo demonstrou não só uma enorme fragilidade sanitária, mas acendeu o sinal de alerta das nações para o desequilíbrio ambiental, para a urbanização acelerada das cidades e para o uso desproporcional dos recursos naturais.

Vários cientistas, sociólogos, economistas e pesquisadores internacionais dizem que o Novo Coronavírus está funcionando como um acelerador de futuros. A pandemia está antecipando mudanças que já estavam em curso, como o trabalho remoto, a educação à distância, a busca por sustentabilidade e a cobrança, por parte da sociedade, para que as empresas sejam mais responsáveis do ponto de vista social.

Portanto, é necessário dotar-se de uma visão de longo prazo, onde haverá uma reorganização da geopolítica mundial, para entender quais fatores externos poderão afetar o processo de desenvolvimento do Brasil e dos municípios que compõem a federação.

É preciso inserir as cidades, cada vez mais, na lógica mundial dos investimentos ESG, uma sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança (*Environmental, Social and Governance*), ou seja, promover e estimular investimentos alinhados aos preceitos de um futuro mais sustentável e integrado nessas três áreas.

Essa é uma exigência considerada por muitos investidores na atualidade, especialmente os estrangeiros, que procuram aplicar seu capital produtivo e gerar empregos em cidades com alto nível de comprometimento com a sustentabilidade e, assim, demanda que os governos alinhem seus programas e ações para um futuro próspero, eficiente no uso dos recursos naturais, na valorização dos direitos humanos e no fortalecimento das boas práticas de governança.

Governos e empresas com boas práticas socioambientais e de gestão representam menores riscos e tornam-se mais competitivos. As cidades atentas a essas novas tendências globais, como é o caso de Jundiaí, tornam-se melhores lugares para se viver.

4.1 Impactos regionais

No âmbito regional, não se pode mais planejar Jundiaí isoladamente de sua vizinhança. Nenhum governo terá sucesso desprezando a pauta regional. A competição entre cidades deve ser superada pela cooperação regional em temas relevantes e comuns a todos, como o saneamento básico e a preservação ambiental, a oferta de serviços públicos, a infraestrutura e a conectividade intermunicipal e inter-regional, e a qualificação profissional, para citar os mais expressivos. Em todos

eles, os jundienses devem ter a consciência de que as consequências de suas decisões ultrapassam as fronteiras do município. Da mesma forma, devem considerar que muitas das novas oportunidades de desenvolvimento da cidade passam pela integração à Aglomeração Urbana e desta com outras regiões de São Paulo e do Brasil.

4.2 Perspectivas econômicas

As perspectivas econômicas para o período deste PG apontam para um crescimento tímido da economia mundial, entre 2021 e 2022, que deve ser reproduzido no cenário nacional. Os próximos anos serão marcados por esforços de recuperação pós-pandemia e de retomada do ciclo de crescimento das economias. O cenário de maior restrição fiscal e financeira em alguns países, a exemplo do Brasil, exigem que os governos façam profundos ajustes em suas contas públicas, com o objetivo de reduzir seus respectivos déficits primários e a relação dívida/PIB.

Utilizaremos os dados do Banco Central do Brasil, do Boletim Focus e do Ministério da Economia, para projetar a taxa anual de crescimento para os próximos anos.

4.3 Desafios da gestão municipal⁶

A cidade do futuro terá que solucionar problemas, tais como padrões exacerbados de consumo, favelização, dificuldades de mobilidade urbana, degradação ambiental, insegurança, aumento de doenças mentais e outros. Será necessário adaptar-se às tendências dos “novos tempos”, decorrentes da expansão da economia digital, da hiperconectividade, da ascensão da economia compartilhada, dos novos hábitos de consumo e do aumento da longevidade da população.

Para que sejam mais atrativas, devem ter dinamismo econômico na geração de oportunidades, precisam ser prósperas em conhecimento, vivas em interações culturais, proporcionar boas condições de habitabilidade e acessibilidade e cuidar do meio ambiente como ativo fundamental para o seu desenvolvimento sustentável. Esse é o caminho seguido por algumas metrópoles prósperas como Londres, Nova York, Tóquio, Paris e Cingapura.

Um dos desafios da gestão municipal no Brasil de hoje é incorporar essas tendências do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo que precisa superar carências básicas que ainda persistem em um país de desigualdade extrema. As demandas para os prefeitos e prefeitas são amplas, diversas e de natureza distinta, variando de questões cotidianas de zeladoria a demandas econômicas e sociais de médio e longo prazo.

⁶ Extraídos do Desafio da Gestão Municipal da Macroplan: www.macroplan.com.br

Em resumo: os líderes das cidades terão que trabalhar com pressões e cobranças múltiplas, diversas e intensas, num contexto de forte escassez de recursos após a pandemia do Novo Coronavírus.

5. Execução do Plano de Governo 2017-2020

O Plano de Governo (PG), elaborado em 2016, foi construído em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁷ (ODS), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). As propostas debatidas com a sociedade se transformaram em iniciativas, que foram traduzidas em dimensões transformadoras, programas e ações no planejamento plurianual de governo.

Dentre as premissas que foram usadas para elaboração das propostas, estão a visão sistêmica que pretendemos implantar na administração municipal e a intersectorialidade entre as políticas, afinal, tratar os cidadãos, situados num mesmo território, e seus problemas de maneira integrada exige um planejamento articulado das ações e serviços.

Os objetivos centrais do plano, neste primeiro período de governo, foram: i) recuperar as finanças e a capacidade de investimento da cidade; ii) reorganizar e melhorar os serviços e os espaços públicos, tornando a cidade mais humana⁸ e, ao mesmo tempo, estimulando a economia e o empreendedorismo, para ampliar a geração de emprego e de oportunidades.

As iniciativas do PG de 2016 foram incorporadas no planejamento plurianual (PPA) elaborado no primeiro ano de governo (2017), como forma de institucionalizar as escolhas feitas pelo eleitor na última eleição municipal e perenizar as melhorias nos programas de serviços continuados.

Para viabilizar a execução do PG, precisamos primeiro arrumar a casa, em 2017, com a definição clara de objetivos e metas para a cidade, cujos compromissos foram formalizados na Lei do PPA 2018-2021, observando-se os critérios e procedimentos legais e técnicos, de forma a garantir viabilidade, confiabilidade e efetividade ao planejamento do município, além de estabelecer as prioridades para o período do mandato.

Além disso, iniciamos a implementação de um processo de governança moderna, que preza pela eficiência na prestação de serviços à população por meio de uma gestão orientada para resultados, estruturado sob um conceito de Plataformas de Serviços⁹, que integra as diversas áreas de governo e aumenta a colaboração entre elas: i) Governança, Finanças e Transparência; ii) Saúde

⁷ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados em 2015 pela Cúpula das Nações Unidas (ONU), preconizam um novo paradigma de desenvolvimento até o ano de 2030.

⁸ Conceito proposto por Jan Gehl, arquiteto e professor honorário da RIBA, AIA, RAIC e PIA; sócio-fundador da Gehl Architects – Consultoria de Qualidade Urbana, escreveu o livro *Cidade para Pessoas* e seus projetos de desenvolvimento urbano incluem intervenções em diversas cidades do mundo.

⁹ As Plataformas de Serviços foram instituídas pelo Decreto municipal nº 26.796, de 31/01/2017.

e Qualidade de Vida; iii) Educação e Cultura; iv) Inclusão e Desenvolvimento Social; v) Desenvolvimento Sustentável; vi) Segurança Municipal e Proteção ao Cidadão; e vii) Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Emprego.

5.1 Avaliação das iniciativas do Plano de Governo

O planejamento estratégico da cidade, materializado no PPA, foi pautado pela organização financeira e responsabilidade fiscal, respeito ao contribuinte, transparência, inovação e na capacidade de coordenação das políticas públicas para geração de empregos, qualidade do ensino, promoção da saúde, segurança, mobilidade e todas as demais entregas em benefício da sociedade.

O PG¹⁰ apresentado à sociedade durante o pleito de 2016 e implementado a partir do início da gestão vem sendo cuidadosamente executado e monitorado, Para tanto, têm sido utilizados modelos de controle compostos por sistema integrado de avaliação e *hotsite* específico, com ferramentas interativas de consulta e maior detalhamento no cumprimento das metas propostas, recebendo contínuas atualizações, melhorias e aperfeiçoamentos.

Decorridos pouco mais de três anos e meio de governo, um trabalho intenso de avaliação da execução das 138 iniciativas propostas no Plano de Governo foi realizado. A Unidade Central de Planejamento e Governança (UCPG), por meio do Escritório de Avaliação de Planos Governamentais, efetuou os levantamentos necessários junto a todos os órgãos da administração direta e indireta e, assim, realizou análises de convergência das iniciativas propostas no PG em relação às efetivas ações de governo.

Após a validação de cada órgão sobre o andamento das iniciativas foram definidos, ao final do primeiro semestre de 2020, os *status* de cada proposta e foi possível concluir que os resultados alcançados atingiram índices muito satisfatórios de execução, dadas as condições de restrição orçamentária dos anos iniciais do governo e o infortúnio da chegada da pandemia do Novo Coronavírus.

¹⁰ Plano de Governo: <https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/relatorio-de-execucao-do-plano-de-governo/>

Figura 1 - Gráfico da Execução das Iniciativas do Plano de Governo 2017-2020.



Nota: Execução das iniciativas até julho/2020

Os dados apresentados demonstram que as ações vêm sendo sistematicamente concluídas em ritmo satisfatório, tendo ocorrido uma evolução de 45% (18,8 p.p.) nas iniciativas entregues, sobre a posição ao final de 2018.

É importante reforçar, no entanto, que o PG mencionado se materializa por meio das leis específicas, previstas constitucionalmente e que formam o conjunto legal de instrumentos de planejamento e orçamento municipal. Nelas podem ser encontrados os principais programas governamentais, as ações e metas previstas para o ano que se inicia, bem como a previsão de recursos destinados para sua execução. São as mais recentes:

- PPA 2018-2021: Lei nº 8.862 de 16 de novembro de 2017, alterada pela Lei nº 9.059/2018;
- LDO 2020: Lei nº 9.251, de 18 de julho de 2019;
- LOA 2020: Lei nº 9.363, de 18 de dezembro de 2019.

6. Jundiaí alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹¹

Os ODS são fruto de um acordo articulado no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) para dar sequência aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que vigoraram de 2000 a 2015, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável global.

A ONU define o desenvolvimento sustentável global em três dimensões: a econômica, a social e a ambiental e, por meio de cinco áreas, chamadas “5 P’s”, articulam os objetivos e metas globais cuja implementação deve ocorrer até o 2030: Pessoas, Prosperidade, Paz, Parcerias e Planeta.

A Agenda 2030 tem como lema “não deixar ninguém para trás”, pois não basta apenas o bom desenvolvimento de algumas nações, é preciso que todos cumpram com os objetivos, afinal toda ação local possui impacto global.



São 17 objetivos com 169 metas que foram acordados na cúpula das Nações Unidas em 2015 com 193 países, passando a vigorar em 1 de janeiro de 2016.

Dada a importância do cumprimento da Agenda, instituições das diversas esferas de governo passaram a alinhar seus planejamentos locais aos ODS. Dessa forma, em nosso Estado, o Tribunal de Contas (TCESP) lançou, no dia 31 de janeiro de 2018, em parceria com o Programa das Nações

¹¹ Extraído do Relatório de Prestação de Contas do PPA 2018-2021 no Portal da Transparência: <https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/>

Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o “Observatório do Futuro”, um núcleo para o monitoramento dos ODS nos municípios paulistas.

O ano de 2020 é o marco inicial do movimento “Década da Ação”, pois restam 10 anos para o cumprimento das metas estabelecidas pelo programa ODS.

Em Jundiaí, ainda em 2017, quando as bases do processo de planejamento começaram a ser elaboradas e consolidadas, culminando no PPA 2018-2021, todas essas questões foram trazidas à discussão e nortearam o trabalho, sendo incorporadas aos conceitos e sintonizadas com as dimensões, os programas e as metas do plano quadrienal municipal.

Dessa forma, o PPA de Jundiaí para o período 2018-2021, através dos seus 19 Programas de Governo e 364 Ações, abrange 15 dos 17 ODS definidos pela Agenda, conforme segue:

- Meio ambiente protegido - ODS 6, 11, 12, 13, 15 e 17;
- Cidade limpa - ODS 9, 12 e 13;
- Mobilidade eficiente - ODS 3 e 11;
- Cidade competitiva - ODS 2, 8, 9 e 17;
- Cidade inteligente - ODS 8 e 9;
- Gestão eficiente e responsável - ODS 5 e 16;
- Pacto pela saúde - ODS 3;
- Pacto pelo esporte e vida saudável - ODS 3 e 4;
- Cidadão protegido - ODS 11 e 16;
- Pluralidade cultural - ODS 11;
- Educação infantil: protagonismo para a vida - ODS 4;
- Ensino fundamental: base para o conhecimento - ODS 4;
- Ensino superior - ODS 4;
- Educação complementar - ODS 4;
- Cidade acolhedora - ODS 1, 4, 5, 6, 10, 11 e 16;
- Moradia digna - ODS 6, 9 e 11.

As metas dos ODS nº 6 - Água Potável e Saneamento, e ODS nº 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, aliás, um dos objetivos mais representativos dessa Agenda, são as mais contempladas, ou seja, aquelas às quais os programas e metas previstos no PPA municipal apresentam maior congruência, com taxas de 75% e 80%, respectivamente.

Aprofundando um pouco mais a análise, por meio de cruzamentos meta por meta entre o PPA e os ODS, pode-se concluir que a congruência do PPA 2018-2021 aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é de aproximadamente 90%.

O PNUD reconhece o papel fundamental dos governos locais na promoção do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, Jundiaí está alinhada com os ODS e tem consciência

de que são as cidades que impulsionam a economia nacional ao criar prosperidade, desenvolvimento social e emprego e, portanto, continuará empenhada em desenvolver novos programas de governo, projetos e metas que se alinham cada vez mais a essa causa, promovendo uma agenda de desenvolvimento pautada por uma visão sistêmica, integrada e de um futuro próspero aos seus moradores.

7. Inovações trazidas pela governança para resultados

O paradigma de governança para resultados foi selecionado para ancorar a nova arquitetura de planejamento desejada para a administração municipal. Trata-se de modelo assertivo para definição de prioridades, otimização de recursos e potencialização de entregas à população, a exemplo das evidências de sucesso registradas em diversos países desenvolvidos que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹² e que possuem elevados indicadores de qualidade de vida.

7.1 Reforma administrativa para institucionalizar a governança para resultados

Confirmada a vitória nos dois turnos do pleito eleitoral da eleição municipal de 2016, o prefeito eleito Luiz Fernando Machado, constituiu sua equipe de transição, reafirmando os compromissos defendidos durante a campanha, sendo o principal deles o de fazer funcionar o que já existia, em referência aos serviços públicos, e utilizando-se de uma estratégia até então não vivenciada, as plataformas de serviços.

O desenho pretendido fundamentou-se nos valores da austeridade, inovação, transparência, fortalecimento dos vínculos, otimização dos processos, eficiência, eficácia e efetividade, visão colaborativa e sistêmica. E regidos pelos princípios da governança para resultados, quais sejam:

- Assegurar uma gestão profissional dotada de instrumentos de planejamento e acompanhamento das políticas e programas de governo;
- Aproveitar o desenvolvimento tecnológico para inovar nos serviços ao cidadão e atribuir maior eficiência aos processos da administração municipal;
- Colocar o cotidiano das pessoas como tema prioritário do governo municipal;
- Promover a integração entre as políticas públicas municipais, estaduais e federais;
- Valorizar, desenvolver e motivar o capital humano da Prefeitura;
- Garantir que os serviços públicos prestados pela Prefeitura tenham o mesmo padrão de qualidade em todos os bairros da cidade;

¹² A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE é composta por 37 países.

- Otimizar os recursos disponíveis, eliminar desperdícios e ser transparente;
- Usar a criatividade para empreender soluções de baixo custo para melhorar a cidade;
- Captar recursos para financiar projetos especiais que estruturam a cidade para as próximas gerações;
- Potencializar a capacidade de investimento da Prefeitura através de parcerias com o setor privado e outras esferas de governo.

Para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho que mudaria o modelo de gestão da cidade de Jundiaí, a administração realizou uma ampla reforma administrativa, com assessoramento técnico *pro bono*¹³ viabilizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), organização da sociedade civil de interesse público, cuja missão é “promover a competitividade sustentável do Brasil elevando a qualidade de vida da população.”

Contando com esforços dos profissionais da Prefeitura de Jundiaí, a conclusão dos trabalhos efetivou-se em 60 dias, por meio da promulgação da Lei nº 8.763, de 03 de março de 2017, gerando os seguintes resultados:

- Redução de 28% do total dos cargos comissionados, passando de 451 para 324 cargos;
- Destinação de 20% do total de cargos comissionados a serem preenchidos por profissionais de carreira;
- Economia estimada de R\$ 40 milhões em 4 anos de gestão, destinados à reorganização dos serviços das áreas da saúde e educação;
- Redução da máquina pública para apenas 16 Unidades de Gestão/secretarias, no lugar de mais de 40 órgãos espalhados e sem coordenação.

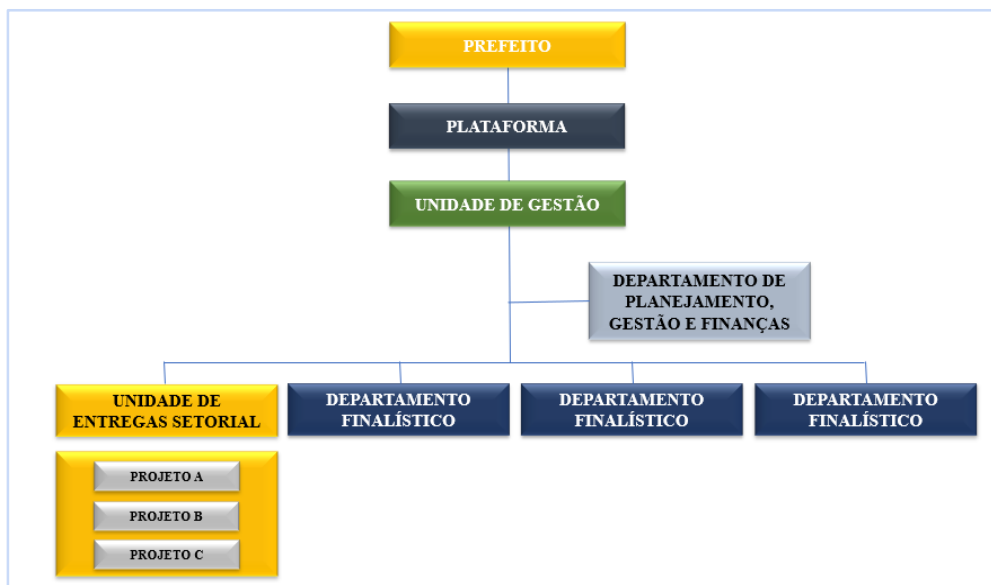
A organização de todas as Unidades de Gestão, em substituição às antigas secretarias, seguiu uma nova estrutura, padronizada, ou seja:

- Estrutura Organizacional:
 - A organização é departamentalizada, tendo um órgão administrativo e demais departamentos funcionais por especialidades.
- Departamentalização:
 - Matricial: A interdependência departamental possibilita a obtenção de maior efetividade nos processos.
 - Projetos: Estrutura que permite a alocação de profissionais, de acordo com os projetos a serem desenvolvidos.

Apresentando como organograma padrão, o retratado abaixo:

¹³ Pro bono: Expressão que significa “pelo bem”. No caso em questão, “pelo bem público”. Trabalho voluntário que demanda capacidade profissional, a despeito de não ser remunerado.

Figura 2 - Organograma Padrão/Estrutura Organizacional.



7.2 Um novo modelo sistêmico de gestão organizado em plataformas

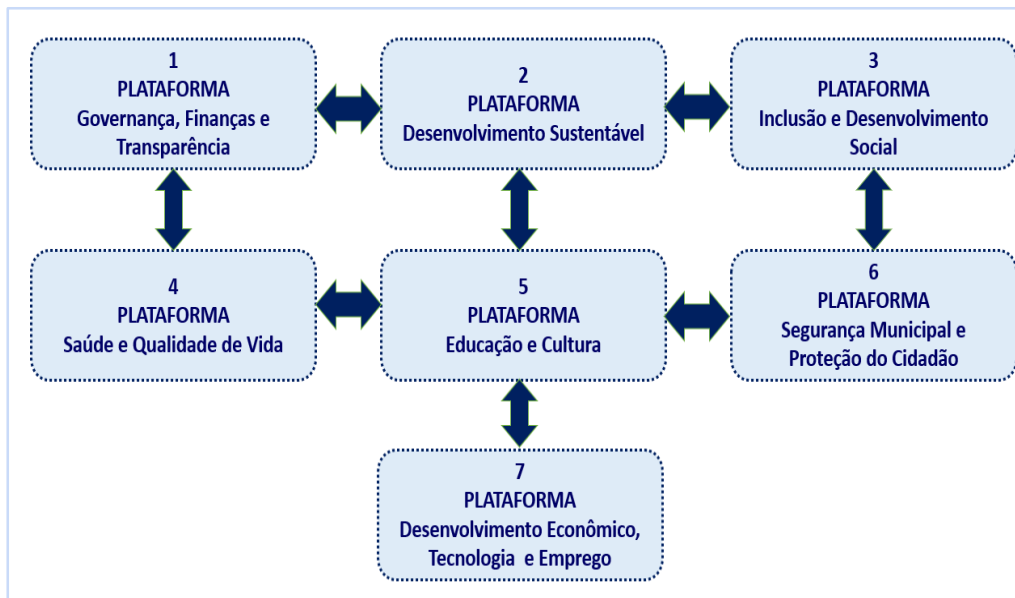
Foi adotado um novo modelo sistêmico de gestão, organizado em plataformas, inédito em nosso país, que pode ser definido como um novo arranjo das estruturas administrativas de prestação de serviços que planeja as políticas públicas de forma intersetorial e interinstitucional, assim como elabora os programas e projetos com a participação das diversas áreas envolvidas e sob a coordenação da área de Governo, com foco na obtenção de maior racionalidade, eficiência, eficácia e efetividade nas entregas à população.

A arquitetura do sistema de plataformas foi pautada nas seguintes premissas:

- Modelo de gestão transversal de desenvolvimento;
- Diretrizes de colaboração institucional e de intersetorialidade no âmbito governamental e extragovernamental;
- Transparência administrativa;
- Qualidade do gasto, eficiência e compartilhamento na gestão;
- Melhoria dos indicadores institucionais, administrativos, econômicos, sociais e humanos, com ênfase nas prioridades estratégicas para o Município de Jundiaí;

Abrangendo do mesmo modo as autarquias, fundações e empresas públicas, sete plataformas foram constituídas em Jundiaí, conforme figura a seguir:

Figura 3 – Plataformas de Serviços.



Desde o início de 2017, 67 reuniões de trabalho foram realizadas entre todas as plataformas, e centenas de ações nas mais diversas áreas foram executadas seguindo suas diretrizes. Em 2020, o destaque desse método de trabalho foram as táticas empreendidas para o enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus nos campos da saúde, social e econômico.

A diversidade dos atos praticados e as rápidas respostas edificadas diante do complexo cenário pandêmico – aumento da oferta de UTIs públicas, instalação de hospital de campanha e de unidades sentinelas, ampla testagem da população e a realização de inquéritos epidemiológicos, resultaram em um sentimento de segurança para os munícipes e segmentos da sociedade civil organizada, bem como serviu de referência para as demais gestões municipais que compreendem a Aglomeração Urbana de Jundiaí (AUJ)¹⁴. Postura essa referendada pela mídia nacional e que fez de Jundiaí uma referência de atuação no país.

É importante registrar que a concepção dessa nova arquitetura na gestão dos serviços municipais inspirou a reprodução da sua versão no modelo digital, por meio de um aplicativo (App) desenvolvido pela Companhia de Informática de Jundiaí (CIJUN)¹⁵ para uso do cidadão, que atualmente conta com mais de 140 serviços e funcionalidades disponíveis. Com milhares de acessos remotos, o cidadão tem, em poucos cliques, o governo na palma da mão.

¹⁴ A Aglomeração Urbana de Jundiaí é uma região do estado de São Paulo constituída pelos municípios de Jundiaí, Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Jarinu, Louveira, Itupeva e Cabreúva, apresentando urbanização contínua entre suas áreas e fluxos de serviços e integração econômica entre si.

¹⁵ CIJUN - Companhia de Informática de Jundiaí é uma sociedade de economia mista controlada pela Prefeitura de Jundiaí.

7.3 A nova área de Governo

A área de Governo não era um ambiente presente nas estruturas da Prefeitura de Jundiá. Ela foi concebida com o firme propósito de conduzir as estratégias de modernização pensadas para a administração municipal, bem como para a cidade. Desde sua idealização, a comunhão com a área de finanças foi de fundamental importância para a consolidação das metas almejadas.

A reforma administrativa inovou com a criação da área de Governo, que foi moldada junto à área de Finanças, resultando na Unidade de Gestão de Governo e Finanças, com o propósito de coordenar as ações governamentais estratégicas e, ao mesmo tempo, gestar a política fiscal, alocando os recursos nas prioridades estabelecidas no planejamento plurianual e monitorando de forma permanente os avanços e resultados.

Nesta nova área, foram criados três escritórios de gestão para promover a coordenação e a integração das estratégias governamentais, fortalecendo a atuação em plataformas. São eles: a Unidade Central de Planejamento e Governança (UCPG), a Unidade Central de Entregas (UCE) e a Unidade de Parcerias Estratégicas (UCPE).

A Unidade de Planejamento e Governança é responsável pela coordenação do planejamento estratégico do governo e pela implementação dos mecanismos de governança na gestão. Foram desenvolvidos módulos sistêmicos de gestão das ações, programas e do plano de metas do PPA, em conexão com a execução orçamentária (LOA).

A Unidade de Entregas adotou o *PMO (Project Management Office)* como ferramenta de gerenciamento dos projetos prioritários do governo, para escalar ganhos desde a concepção até a realização das entregas à população. A padronização dos processos de governança de projetos trouxe ganhos significativos para a administração municipal. A UCE assumiu o papel de promover orientações, métodos e ferramentas para a condução dos projetos setoriais em cada Unidade de Gestão, aumentando o potencial de entregas de produtos para a sociedade.

A Unidade de Parcerias Estratégicas cumpre um papel extremamente importante nesta nova modelagem de governança pública, pois ela conseguiu estruturar marcos legais fundamentais para amparar a doação de bens e serviços para a administração municipal, possibilitando a construção de parcerias extremamente profícuas com a iniciativa privada e ampliando os ganhos sociais para os munícipes.

Outro ganho de qualidade trazido por essa nova arquitetura organizacional, veio da padronização da área administrativa de planejamento, gestão e finanças das unidades de gestão, para garantir a correspondência e facilitar a coordenação realizada pela área central de Governo e Finanças, criando mais sinergia na atuação dos gestores e das equipes responsáveis pela execução e monitoramento dos planos de ações.

Um importante desafio foi a montagem da equipe dessas áreas. O organograma materializado para a área de Governo configurou-se em um primeiro momento somente por funcionários comissionados, mas foi incorporando, ao longo do tempo, profissionais de carreira da Prefeitura, visando perenizar a continuidade dos trabalhos executados.

A formação do time que iria abrir o caminho para a atuação da área de Governo seguiu premissas anteriormente estabelecidas, ou seja, as indicações passaram por uma etapa rigorosa de seleção de currículos e entrevistas. O intento era formar um corpo de profissionais dos mais diferentes campos de atuação para o estabelecimento do novo paradigma de gestão pública, que deveria alcançar todas as pastas existentes na Prefeitura de Jundiáí.

Aliado a isso, a gestão inovou, firmando um acordo de cooperação com a Vetor Brasil, organização da sociedade civil sem fins lucrativos para a implementação de um programa de *trainees* de gestão pública. O resultado dessa parceria possibilitou a chegada de jovens profissionais de várias regiões do país, selecionados e preparados para transformar a administração pública de Jundiáí, juntamente com os demais profissionais contratados, a partir do estabelecimento de iniciativas inovadoras de governança e convergentes com os princípios de eficiência, eficácia e efetividade.

7.4. Utilizando o conceito do Orçamento por Resultados (OpR) para elaboração do PPA

A elaboração do PPA 2018-2021¹⁶ foi precedida de definição estratégica das dimensões transformadoras e dos programas, com base nas prioridades definidas pela sociedade no plano de governo, e observou a nova estrutura orgânica da Administração Municipal, aprovada pela Lei nº 8.763/2017, posteriormente alterada pela Lei nº 8.948/2018.

Foi adotado o conceito do Orçamento por Resultados (OpR)¹⁷, utilizado por países como EUA, Reino Unido, França, Alemanha e Canadá, que possibilita maior transparência da administração pública frente aos contribuintes e órgãos de controle, trazendo ganhos de governabilidade e credibilidade à administração municipal. O OpR trabalha com ferramentas que auxiliam os gestores nas diferentes etapas do ciclo de implementação de um programa (resposta a um problema), desde a elaboração até o monitoramento e avaliação, que são medidos por indicadores de desempenho dos resultados a serem alcançados.

Conduzido pela Unidade Adjunta de Governo por meio da Unidade Central de Planejamento e Governança (UCPG), o processo utilizou várias outras metodologias de diálogo, constituindo um modelo de conexão qualificada de informações, com a participação de mais de 500 pessoas provenientes dos ambientes interno e externo da administração pública.

¹⁶ PPA 2018-2021. Decreto municipal nº 26.993, de 20 de junho de 2017.

¹⁷ Parimoschi, José Antonio. Orçamento por Resultados. Jornal de Jundiáí. 2016.

A trajetória foi alicerçada em três pilares: o olhar multissetorial das políticas públicas; observância do Plano de Governo, Plano Diretor, Planos Setoriais, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre outros, e, o reequilíbrio das condições financeiras e econômicas do município.

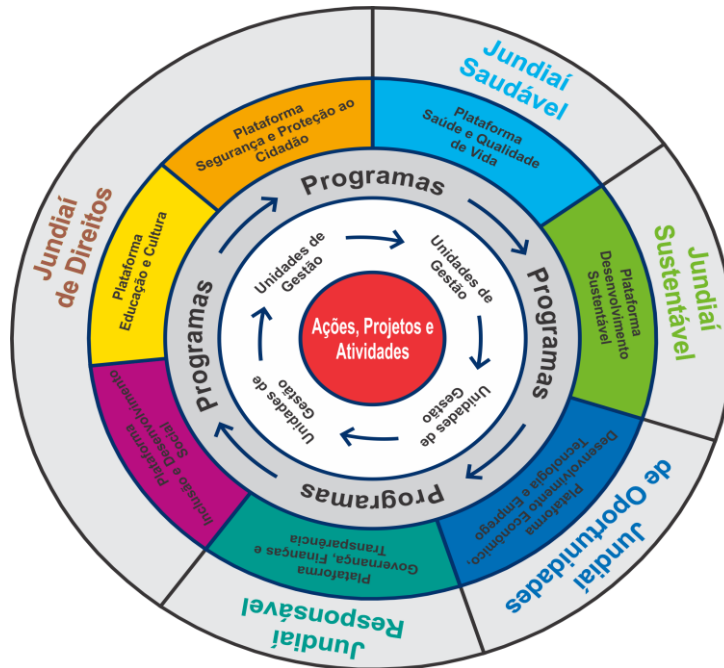
Na sequência, foi realizada a oficina de Planejamento de Cenários com participação dos gestores das Unidades de Gestão, das autarquias, fundações e empresas públicas. Orientados pela metodologia desenvolvida por Adam Kahane ¹⁸, os participantes analisaram, dialogaram e propuseram de forma dialógica e colaborativa, quatro possíveis cenários de consolidação na cidade, sendo ao final, escolhido o cenário com maior potencial para gerar as transformações almejadas para Jundiaí.

Para ampliar a escuta sobre os dados coletados, cinco grupos focais foram conduzidos, contando com a participação de lideranças comunitárias, usuários do sistema de transporte, representantes do conselho municipal de saúde, servidores municipais de carreira e guardas municipais, alocados em oficinas temáticas para: diretores das escolas municipais, gestores setoriais de saúde, diretores e professores de esporte e lazer, com profissionais atuantes na área de assistência social e com os gestores orçamentários e de planejamento, acrescida das audiências públicas regulares.

A consolidação dos diálogos estabelecidos constituiu-se em um documento contendo 364 ações, divididas em cinco dimensões transformadoras: Jundiaí Saudável, Jundiaí Sustentável, Jundiaí de Oportunidades, Jundiaí de Direitos e Jundiaí Responsável, e, em 19 programas que são monitorados por 44 indicadores. A síntese de todo esse esforço, fica mais compreensível ao analisarmos a cadeia de resultados expressa a seguir:

¹⁸ Adam Kahane. Professor de Planejamento de Cenário da Universidade de Oxford. Formado em Física pela Universidade McGill, Montreal. Mestre na área de Recursos Energéticos pela Universidade da Califórnia e em Ciências Comportamentais Aplicadas pela Universidade Bastyr, ambas nos EUA. É membro da Global Business Network e da World Academy of Art and Science.

Figura 4 - Cadeia de Resultados.



Observa-se no infográfico, um núcleo central formado pelas ações, projetos e atividades, circundados pelas cinco dimensões transformadoras e pelas plataformas de serviços responsáveis por elas. No formato original, os círculos programas e unidades de gestão giram conforme indicados pelas setas, destacando o olhar sistêmico e o pertencimento de todos ao instrumento elaborado.

7.5 Avaliação e monitoramento permanentes

A avaliação e o monitoramento também foram questões essenciais para a efetivação dos resultados transformadores. Para tanto, o município passou a atuar com assertividade na melhor estruturação dos diagnósticos que embasaram toda a proposta. A etapa inicial foi constituir o portfólio de projetos prioritários da Prefeitura de Jundiáí, em cooperação com a Unidade Central de Entregas. A segunda etapa considerou a identificação de profissionais e a capacitação deles para exercerem a função de gerentes desses projetos em suas respectivas pastas.

No princípio, a gestão era realizada por meio de planilhas compartilhadas. Mas, hoje, a partir de alternativas viabilizadas pela CIJUN, passou-se a monitorar todas as fases dos programas, projetos e ações das mais variadas áreas utilizando o sistema e aplicativo de gerenciamento de projetos denominado *GW (Governança Web)*, bem como ferramentas de *Business Intelligence (BI)*.

Os resultados disponibilizados para uso dos gestores são abertos ao público por meio do Observatório Jundiáí (www.observatorio.jundiai.sp.gov.br).

Figura 5: Entregas disponíveis no Observatório Jundiáí.



8. Uma Política de Governança para a Administração Pública Municipal

Sempre pautados pela inovação e pelas boas práticas de gestão, estamos propondo, desde logo, a adoção de uma Política de Governança Pública, cujo marco legal deverá ser publicado em dezembro.

O tema Governança (Corporativa) é discutido há muito tempo e está profundamente enraizado nas organizações privadas, em todas as suas vertentes e diferentes áreas (tecnologia da informação, sustentabilidade, *accountability*, *compliance*, etc).

No Setor Público, no entanto, o assunto foi tratado inicialmente em meados de 2014 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com a edição do primeiro Referencial Básico de Governança, mas somente tomou fôlego no final de 2017, quando houve a edição, pelo Governo Federal, do Decreto nº 9.203 e posteriormente, em 2018, a publicação do Guia da Política de Governança Pública.

O conceito de Governança no Setor Público, ainda em evolução é, portanto, largo, vasto e abarca desde as questões relativas à conformidade, integridade pública, controle interno, gestão de pessoas e processos e combate à corrupção, bem como o controle de projetos, metas e indicadores.

Segundo o Guia da Política de Governança Pública, do Governo Federal (2018): “A boa governança é crucial para qualquer sociedade que deseje promover seu desenvolvimento econômico e o bem-estar de seu povo. No nível mais básico, governança significa a capacidade de estabelecer metas para a sociedade, bem como a capacidade de desenvolver programas que permitam atingir esses objetivos”.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define Governança Pública como sendo o alinhamento consistente e a aderência aos valores, princípios e normas éticas, compartilhados para a defesa e priorização do interesse público.

A política de governança pública exige, portanto, uma implementação eficaz e os meios para criar coerência entre todas as numerosas atividades do governo e requer, também, meios para assegurar que o setor público tenha suas ações direcionadas para objetivos alinhados aos interesses da sociedade.

O planejamento estratégico do governo para a administração da cidade vem sendo pautado pela organização financeira e responsabilidade fiscal, transparência, inovação e sua capacidade de coordenação das políticas públicas.

Um inovador modelo de gestão vem sendo continuamente aperfeiçoado, utilizando-se dos mais modernos conceitos e filosofias da área de gestão de negócios e administração de empresas, além da implantação de ferramentas de gerenciamento de projetos para monitorar as ações e entregas do governo.

No ano de 2017, foi implementado o sistema de gestão municipal por Plataformas de Serviços, momento em que a administração evolui para um modelo multidisciplinar e integrado no planejamento e execução das políticas públicas e, assim, se aproxima das melhores práticas de gestão utilizadas na iniciativa privada.

Como processo evolutivo e, portanto, dinâmico, a gestão pública – não só municipal, mas em todas as esferas de governo - assim como os processos de gestão na iniciativa privada, permanecem em constante maturação.

Em Jundiaí, o governo prevê ações para tornar o ambiente econômico do município cada vez mais favorável e competitivo à atração de investimentos produtivos, além de internacionalizar a cidade. O desafio é desburocratizar a máquina, simplificar procedimentos internos, aumentar o controle e melhorar a gestão dos bens e serviços públicos, à luz dos princípios constitucionais dispostos no art. 37 da Carta Magna.

O Brasil está entre as 10 maiores economias mundiais e é o 5º maior mercado consumidor, portanto, é uma boa opção para investidores internacionais. Jundiaí é um dos *players* mais competitivos do Brasil nessa disputa pela atração de novas empresas.

A política de governança para a administração municipal será baseada no Decreto Federal nº 9.203 de 2017, que trata a governança pública como “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

O Guia da Política de Governança Pública do Governo Federal expõe que entender as razões que justificam a instituição de uma política específica para orientar a governança pública é fundamental para não se afastar, na condução dessa política, dos objetivos que lhe deram origem.

Nesse sentido, as principais motivações para criação da política de governança são:

- i. a necessidade de se fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas;
- ii. a busca por maior coordenação das iniciativas de aprimoramento institucional;
- iii. a utilidade de se estabelecer patamares mínimos de governança.

Portanto, a efetivação de boas práticas de governança requer um conjunto predefinido de regras formais que favoreçam a formulação e a implementação de políticas e serviços públicos que de fato atenderão às necessidades da sociedade, além de i) estimular a atração de investimentos para a cidade e região, ii) assegurar uma gestão profissional dotada de instrumentos de planejamento e acompanhamento das políticas e programas de governo, iii) promover a credibilidade da administração perante o setor privado, a sociedade e outras esferas de governo e iv) potencializar a capacidade de tomada de decisões.

Poucos são os municípios do país que acompanharam esse processo evolutivo dos modelos de gestão pública e estão empenhados em transformar seus sistemas e, dessa forma, ainda amarguram as mazelas de um modelo engessado e arcaico que não mais atende as necessidades da sociedade moderna.

Jundiaí, ao contrário, avança constantemente nesse horizonte das boas práticas de governança e, pelas razões explanadas, propõe a institucionalização de uma política de Governança Pública Municipal para que não haja mais retrocessos na gestão nem tampouco prejuízos à população nas mudanças de comando da cidade.

9. Uma Rede de Cooperação com toda Jundiaí

Com o propósito de ser uma nova forma de cuidar da cidade, integrando a comunidade, a iniciativa privada, o poder público e as organizações, em ações e projetos relevantes para o Município, foi instituída, por meio do Decreto Municipal nº 27.146/2017, a Rede Jundiaí de Cooperação (RJC), sob a responsabilidade e coordenação da Unidade de Gestão de Governo e Finanças, a partir da Unidade Central de Parcerias Estratégicas.

Os principais objetivos são: i) fomentar a participação da iniciativa privada em ações do Município; ii) estabelecer e fortalecer vínculos entre os diversos setores; iii) identificar oportunidades de participação solidária; iv) estimular a realização de atividades voluntárias para atender as demandas municipais.

A RJC é norteada pelos seguintes valores: ética, união, responsabilidade compartilhada, moralidade, transparência, solidariedade e eficiência.

A contribuição da RJC vem sendo fundamental neste cenário de pandemia da COVID-19, auxiliando diretamente na articulação de parcerias a partir das demandas registradas pelo Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus (CEC) de Jundiaí. Desde que o Município entrou em situação de calamidade pública, atualmente regida pelo Decreto Municipal nº 28.970/2020, foram inúmeras doações, entre bens e serviços, às áreas da saúde e assistência social, a partir do Plano de Segurança Alimentar, voltado às famílias em vulnerabilidade social. Todas as doações foram oficializadas, a partir de processos fundamentados pela Lei 8.901/2018 <https://leidoacaodebensservicos.jundiai.sp.gov.br/>, que regulamenta apoio privado às ações de interesse público, e estão disponíveis no portal da Prefeitura e no Portal da Transparência pelo link: <https://jundiai.sp.gov.br/coronavirus/doacoes-recebidas/>

Desde que foi instituída, a RJC já articulou parcerias para projetos de forte impacto social, como o “Acolha um Quarto, Conforto Vidas”, com o intuito de revitalizar os quartos com banheiros do Hospital São Vicente de Paulo de Jundiaí, considerado a referência, via SUS, para o Município e Região, no atendimento de urgências e emergências, além da relevância registrada no atendimento aos casos do Novo Coronavírus. Atualmente, são 33 quartos totalmente revitalizados, possibilitando maior humanização no acolhimento aos pacientes daquela instituição de saúde, que atende cerca de 24 mil pessoas por mês.

Seguindo o propósito de uma Jundiaí Inteligente, entre outros projetos na área da Educação, a RJC foi a responsável pela articulação que implementou o Fab Lab Jundiaí, laboratório de fabricação digital, direcionado aos nossos alunos da rede municipal de ensino e à comunidade, com certificação internacional para a interconexão e desenvolvimento de projetos em parcerias com mais de mil laboratórios pelo mundo, possibilitando o compartilhamento de conhecimento e experiências.

10. Um nível acima na transparência

O Observatório, criado em 2017, apresenta uma seleção de indicadores, de diversas fontes, consolidados por plataformas de serviços ou por unidade de gestão, que permitem ao cidadão acompanhar os avanços das políticas públicas municipais. Além disso, é possível conhecer o mapa dos principais equipamentos públicos agrupados por bairro e o GeoJundiaí, que reúne um conjunto de mapas temáticos de planejamento urbano.

Atualmente, neste portal, estão disponíveis 184 indicadores primários e 26 secundários. Além, das informações de 173 entregas realizadas e 77 em andamento, assim como, das 138 iniciativas oriundas do plano de governo apresentado nas eleições de 2016, e, as 364 ações e 19 programas estabelecidos no PPA. Compreende, ainda, nosso processo avaliativo, as doações obtidas via RJC e pelas ações empreendidas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, especificamente, as destinadas para a segurança alimentar e de retomada da economia.

Trata-se de um modelo de transparência ativa que foi adotado pelo município e que eleva o nível de informações relevantes para o cidadão.

Além de inovar com o Observatório, com o intuito de divulgar os dados fiscais de forma clara, foi criado ainda em 2018 o Guia de Finanças¹⁹, disponível tanto no site da Prefeitura como no Portal da Transparência. Organizado de modo didático, a fim de mostrar as principais fontes de recursos que financiam os serviços públicos no município, sua finalidade também é detalhar como se estruturam as áreas da saúde, educação, urbanismo, assistência social, segurança, esporte e cultura e o quanto cada uma delas consome das receitas.

O Guia contribui para que a transparência da gestão seja ainda mais ampla e para que os cidadãos aprofundem seus conhecimentos sobre o funcionamento e a organização da administração municipal. O material também cumpre a função social no Programa de Educação Fiscal do município.

11. Balanço das prioridades até o início de 2020

Apesar da forte recessão que afetou a economia de todas as cidades brasileiras no período de 2017 a 2019, Jundiaí sustentou a 7ª posição no ranking dos municípios do Estado de São Paulo, segundo estudo divulgado pelo IBGE em dezembro/2019 (PIB dos municípios brasileiros). A soma de todas as riquezas produzidas em Jundiaí ultrapassou a cifra de R\$ 41 bilhões, o que corresponde a 0,6% da produção nacional e 2,0% da produção de São Paulo. A renda per capita (PIB distribuído entre toda a população) é de R\$ 100 mil²⁰, o que representa o dobro da renda estadual e três vezes a renda nacional apurada no mesmo período.

Ao longo do ano de 2019, depois de consolidado o processo de equilíbrio das contas públicas realizado em 2017 e 2018 e recuperada a capacidade do município de honrar seus compromissos financeiros e de captar recursos para investimentos²¹, foi lançado o programa “Avança Jundiaí”, o maior pacote de investimentos na história da cidade. São, ao todo, cerca de R\$ 174 milhões em recursos que serão aplicados em três anos, beneficiando várias áreas, especialmente as mais

¹⁹ O Guia de Finanças está disponível no link <https://jundiai.sp.gov.br/guia-financas/>

²⁰ IBGE: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/jundiai.html>

²¹ Relatório de Avaliação de Risco: <https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/wpcontent/uploads/Rating2019.pdf>

sensíveis como saúde, educação, cultura, esporte, infraestrutura, mobilidade e segurança, com foco na melhoria dos serviços prestados à população.

São obras necessárias que atendem às demandas mais antigas dos cidadãos e, também, viabilizam resolver os problemas mais recentes da cidade como a conclusão de mais uma UPA, da Vila Hortolândia, e do Centro das Artes, cujas obras estavam paradas desde 2016.

Não obstante os inúmeros desafios a serem superados, inclusive os reflexos econômicos da pandemia provocada pelo Novo Coronavírus, temos convicção de que os resultados alcançados até o momento corroboram esse sentimento de que a gestão baseada na austeridade fiscal, com foco na melhoria contínua dos serviços públicos, no atendimento de qualidade à população e emprego de inovação tecnológica, prioritariamente em áreas essenciais, como educação, saúde, mobilidade, transporte e segurança, e em sintonia com o anseio popular, levará a cidade a patamares mais elevados de prestação de serviços, ofertando cada vez mais qualidade de vida a seu cidadão. Atualmente, o município ocupa a 4ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os municípios paulistas, segundo o PNUD Brasil²².

O Brasil está entre as 10 maiores economias mundiais e é o 5º maior mercado consumidor, portanto, é uma boa opção para investidores internacionais. Jundiaí é um dos players mais competitivos do Brasil nessa disputa pela atração de novas empresas, conforme destacou um estudo exclusivo publicado pelo Financial Times em 2019.

(<https://jundiai.sp.gov.br/desenvolvimento-economico/wp-content/uploads/sites/9/2019/07/fdi-american-cities-of-the-future.pdf>).

11.1 Resultado orçamentário e econômico do município

Em 2017, após a implantação do plano de ação de recuperação financeira, simultaneamente com as ações de planejamento e medidas de gestão, finalizamos o primeiro ano de mandato com as dívidas herdadas da gestão anterior, negociadas e equalizadas, o que nos proporcionou fechar o ano em equilíbrio fiscal, situação essa também verificada pelo TCESP, durante a auditoria anual regular.

No entanto, medidas emergenciais, como o corte de 30% (trinta por cento) dos cargos em comissão, do não reajuste dos salários dos servidores naquele primeiro ano (2017), bem como da decisão de não reajustar os contratos e de reduzir os mesmos, precisaram de atenção especial e de ajustes nos anos de 2018, 2019 e especialmente o início de 2020 com os agravos causados pela pandemia. E foi exatamente o que fizemos, honramos todos os compromissos financeiros, restaurando a confiança interna dos servidores e dos fornecedores de bens e serviços, e não medimos esforços no combate ao Novo Coronavírus

²² PNUD Brasil: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>

Entre as principais despesas da administração direta devemos destacar os gastos com pessoal e o custeio, ambos atingiram valores acima de R\$ 800 milhões em 2019, demonstrando poucos recursos do Tesouro para investimentos, razão pela qual o município captou recursos junto à Caixa Econômica Federal na linha Finisa.

Avaliamos, portanto, que ainda são necessários esforços de contenção das despesas correntes para que possamos elevar a capacidade de execução dos programas governamentais, pois, devido à pandemia, fecharemos 2020 com frustração nas receitas, refletindo a necessidade de uma postura continuada de austeridade na gestão dos recursos.

11.2 Entregas

Sem embargo, cabe aqui, por oportuno, destacar algumas das principais iniciativas e investimentos, ou seja, algumas das entregas que foram realizadas considerando os três primeiros anos de governo até o início de 2020.

O município, por meio de uma gestão multidisciplinar, utilizando-se do conceito de Plataformas de Serviços, envolvendo áreas como educação, saúde, cultura, mobilidade e planejamento urbano, entre outras, vem se transformando em uma cidade cada vez mais voltada para as crianças - e essa é uma prioridade que avança a cada dia.

Jundiaí é o primeiro município do Estado a integrar a Rede Latino-Americana de Cidades das Crianças por possuir políticas públicas voltadas à primeira infância, que acompanham a gestante e a criança desde a sua concepção. A cidade criou um Comitê formado por 24 crianças de todas as regiões da cidade com a finalidade de debater, ao longo do ano, propostas de políticas públicas para a primeira infância e que são apresentadas para o Poder Executivo, a exemplo do que aconteceu no final de 2019²³.

Além do Poder Executivo ampliar os canais de escuta das crianças, a Unidade de Gestão da Cultura (UGC) criou o programa 'Ruas de Brincar', que consiste no fechamento de determinadas vias, sob a tutela da comunidade, para que as crianças possam brincar sem a presença dos carros.

Foi incluído um capítulo no novo Plano Diretor²⁴ do município, com a Política da Criança na Cidade, que prevê as garantias e direitos da criança no espaço urbano, previstos no marco legal da primeira infância. Dentre os principais objetivos estabelecidos no art. 182 da referida lei, estão: tornar a cidade mais amigável à criança, ampliando a oferta de praças, parques e espaços públicos mais lúdicos, que incentivem o livre brincar em contato com a natureza e, também, criar condições para a ocupação da cidade pela criança, com segurança, acessibilidade e autonomia, possibilitando que

²³ Comitê das Crianças: <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2019/12/12/jundiai-364-anos-prefeito-apresenta-o-mundo-das-criancas-durante-reuniao-final-do-comite/>

²⁴ Lei Plano Diretor: <https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/wp-content/uploads/sites/15/2019/11/lei-9-321-2019-plano-diretor-texto-1.pdf>

desenvolva suas habilidades cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais por meio do encontro com diferentes crianças e suas famílias no espaço público.

Do nascimento à fase de desenvolvimento, a criança tem o apoio do governo municipal. As futuras mães têm um completo atendimento, iniciando desde a pré-gestação, passando pelo pré-natal realizado durante a gravidez na rede de UBSs, passando pelo Hospital Universitário e, depois, contando com o apoio da Clínica da Família, com atendimento humanizado e resolutivo. Na fase educacional, a criança se prepara na Escola Inovadora, com merenda nutritiva e de qualidade produzida em nossa terra (no Vale Verde), passando por um laboratório que estimula a criatividade (o Fab Lab), aprendizado de inglês e arte a partir dos 4 anos, empreendedorismo, educação financeira, robótica, cultura e esporte.

Todas essas ações deixam as crianças de Jundiáí mais preparadas para o futuro.

Além disso, em 2019, a DAE S/A deu início à construção de um novo espaço no entorno das represas, em área contígua ao Parque da Cidade, denominado Mundo das Crianças, com a finalidade de proteger o nosso sistema de abastecimento de água e ao mesmo tempo propiciar conhecimento e vivência sobre a necessidade de preservação do meio ambiente e oferecer atividades esportivas e de lazer, que estimulam o processo de formação saudável das nossas crianças. Isso vai inserir Jundiáí na lista de cidades sustentáveis, que cuidam do desenvolvimento das suas crianças para que tenhamos um futuro mais adequado.

No que diz respeito à Educação Municipal, que conta com 39 mil alunos matriculados, vêm sendo realizadas diversas ações visando a implementação dos preceitos do modelo de Escola Inovadora, com foco na ambiência escolar, capacitação de educadores e na maior qualidade da educação. Já são 16 escolas entregues reformadas, com outras 9 em processo de revitalização, o que ampliará o impacto para 3.500 alunos. Da mesma forma, é possível destacar a construção da EMEB Joaquim Candelário de Freitas, com capacidade para o atendimento de até 663 alunos a partir de 2021, bem como a entrega da EMEB Fernanda de Favre, que pode atender 120 novos alunos. Ademais, no âmbito da alta demanda por vagas em creches, entre outubro de 2017 e agosto de 2020, a gestão conseguiu reduzir em 45% o total de crianças na fila de espera.

Cabe destacar também a implementação do Fab Lab, laboratório digital, com atendimento médio de 1.500 estudantes mensalmente, além da implementação de aulas de inglês e arte para criança a partir de 4 anos de idade.

No cenário da pandemia da COVID-19, a Rede Municipal de Educação adotou medidas no sentido de garantir a entrega de Benefício de Alimentação Escolar às famílias de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Em termos das atividades pedagógicas, a continuidade tem ocorrido de forma virtual, com a entrega de atividades impressas para as famílias sem acesso à internet. No mesmo sentido, passaram a ser realizadas transmissões ao vivo com a participação de familiares de crianças matriculadas, visando o compartilhamento de informações de interesse público sobre temas educacionais relevantes, a escuta ativa e a manutenção dos vínculos com a

Rede de Ensino. Professores foram capacitados nessa nova dinâmica de ensino on-line, tendo sido adotadas medidas para garantir acolhimento a saúde emocional de toda a equipe.

Na área da Saúde, mais especificamente, os esforços são no sentido da melhoria contínua dos serviços. Investimentos intensos foram realizados, deixando o município em destaque no âmbito nacional. Alguns resultados destes trabalhos podem ser corroborados por indicadores, tais como: menor índice de mortalidade infantil da história do município, de 7,23 mortes para cada 1.000 nascidos vivos; maior investimento na saúde por habitante entre as cidades do Brasil (segundo estudo realizado pelo Conselho Federal de Medicina) e o novo projeto Clínica da Família recebendo prêmios pela inovação no atendimento em saúde, por seu alto índice de resolutividade.

Foi entregue, no final de 2018, a primeira UPA do município, no Vetor Oeste, que atende urgências e emergências do Novo Horizonte e toda a região, contribuindo com a redução dos atendimentos que antes eram realizados no Hospital de Caridade São Vicente de Paulo. A população reconhece que, em Jundiaí, a saúde é prioridade. A gestão colocou em prática um amplo programa de reformas e modernização das UBSs, que passaram a contar com um atendimento mais humanizado e de qualidade aos jundiaenses. Nesse sentido, estão sendo implantados nas Nova UBS os programas Posso Ajudar e Guardião da Saúde.

Em relação ao Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, que possui convênio para realizar serviços hospitalares e de urgência e emergência com a Prefeitura de Jundiaí, após a criação de um Comitê de Gerenciamento de Crise em 2017, as dívidas herdadas da gestão anterior foram equacionadas e estão sendo pagas, especialmente as pendências com os seus profissionais e fornecedores foram colocadas em dia. O hospital foi reerguido e hoje temos um Novo Hospital São Vicente para a população, com maior produtividade. Esse resultado só foi possível graças ao apoio contínuo do governo municipal aos profissionais, investimentos crescentes e gestão profissional.

O resultado desse esforço também se materializa com o projeto “Acolha um Quarto, Conforto Vidas”²⁵ que, em parceria com a iniciativa privada, está reformando os 72 quartos do Hospital São Vicente, oferecendo mais qualidade nas acomodações para os pacientes. Até o momento, 33 quartos (45%) foram entregues totalmente revitalizados.

Além disso, 100% das ambulâncias do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) foram trocadas para melhorar o atendimento à população. Os exames diagnósticos foram ampliados de 90 mil para 150 mil/mês, além da contratação de 30 mil consultas médicas com especialistas e mais 15 mil exames para eliminar a fila. A rede de atenção básica teve ampliação de 77 novos profissionais e as equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) saíram de 14 para 21, ampliando a cobertura de 12% para 20%.

No campo da mobilidade urbana, especificamente no transporte público, estão sendo feitos investimentos contínuos, como a reforma dos terminais, a substituição do sistema de pagamento

²⁵ Hospital São Vicente: <http://www.hsvicente.org.br/paginas.asp?id=31>

(unificando num único leitor o pagamento do Bilhete Único, o pagamento via QR Code ou ainda utilizando cartão de débito e crédito), mais conforto para os passageiros e 80 novos ônibus com tomadas USB e câmeras de segurança - a maior renovação de frota num único período de governo. Foram desenvolvidos aplicativos para o usuário planejar o seu deslocamento e, assim, conseguir reduzir o tempo de viagem, chegando mais rápido ao seu destino, o que eleva a qualidade de vida desses cidadãos. Mas este ainda é um dos principais desafios do município para os próximos anos.

Entre tantas ações realizadas, podemos destacar também investimentos em infraestrutura, como no programa Mais Asfalto, que demonstra respeito com o dinheiro do contribuinte. Com o Mais Asfalto estamos investindo na mobilidade urbana e na qualidade de vida, arrumando nossas ruas para que o jundiaense possa andar pela cidade com segurança e tranquilidade. Inclusive o transporte coletivo ganha em qualidade e velocidade com as vias recapeadas. Foram mais de 147 km de asfalto entre 2018 e 2020.

Dentro do conceito de uma cidade mais humana, os espaços de lazer para o cidadão também receberam investimentos. Em destaque temos a inauguração da Praça Família e Espaço Pet, orgulho para Jundiaí e que, mais uma vez, significa qualidade de vida para as pessoas. É o tipo de investimento que busca valorizar a história da cidade, o bairro e ainda agrega valor no convívio social dos cidadãos. Essas praças são mais uma forma inovadora de incentivar a convivência entre todos, representando grandes opções de lazer gratuitas e seguras às famílias e seus animais de estimação.

Sobre Cidades Inteligentes (*Smart Cities*), um tema em alta na gestão pública, Jundiaí foi reconhecida em 2019 como uma das dez cidades mais inteligentes e conectadas do Brasil, segundo estudo da consultoria *Urban System*. Trata-se de um reconhecimento aos investimentos realizados pelo município em novas tecnologias capazes qualificar ainda mais os serviços públicos oferecidos. Um exemplo é a implantação de rede de fibra ótica para internet de alta velocidade por toda a cidade, interligando os equipamentos públicos e viabilizando ações como a instalação de câmeras de segurança com vídeo *analytics* (capacidade de analisar automaticamente o vídeo para detectar e determinar eventos espaciais e temporais), de iluminação pública mais eficiente e controlada e de semáforos inteligentes, entre outras.

Ao longo de 2019, Jundiaí avançou na estruturação do seu ecossistema de inovação, denominado Campus Jundiaí, cujo intuito é atrair startups e empresas de base tecnológica, com potencial para gerar empregos de qualidade. Além da incubadora e dos avanços obtidos pela TV TEC no Complexo Argos, a Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ) está implantando um espaço de *coworking* para abrigar *startups* com vocação para inovações na área de saúde.

Nosso plano de governo prevê ações para tornar o ambiente econômico do município cada vez mais favorável e competitivo à atração de investimentos produtivos, além de internacionalizar a cidade. Nesse sentido, trabalhamos para desburocratizar a máquina, simplificando procedimentos internos, encurtando ao máximo a emissão do alvará e licenças para as empresas, independente do seu porte, iniciarem as suas atividades.

Periodicamente são realizadas reuniões em que o prefeito, juntamente com a sua equipe de governo e de desenvolvimento econômico, reúne-se com o setor produtivo para ouvir as principais demandas, destravar processos, receber empresas que estão prospectando a cidade para se instalar e promover integrações com outras entidades e esferas de governo para potencializar a capacidade da cidade de receber esses investimentos. Somente em 2019 foram realizados 34 encontros desse tipo.

Em relação à geração de emprego e renda às famílias, uma das grandes vitórias de Jundiaí, apesar da crise econômica, nossa cidade está retomando a geração de oportunidades de trabalho. O governo vem fazendo de Jundiaí um polo de desenvolvimento tecnológico e de atração de empresas. A interlocução com o setor produtivo e os investimentos em infraestrutura posicionaram a cidade como o melhor município para receber investimento do Brasil e o terceiro das Américas (segundo publicação do Financial Times).

Por fim, na Segurança Pública, ainda temos ações importantes em andamento, como o projeto Município Seguro, cujo objetivo é captar, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cerca de R\$ 30 milhões para investimentos em tecnologia e inteligência. Ainda que a Lei Municipal nº 9.245/2019, que autoriza a solicitação dos recursos, tenha sido aprovada em 2019, o contrato com o Banco foi assinado somente em agosto de 2020. A liberação do aporte, programada para 2021, será destinada à construção de uma central de urgência e emergência, conectando a Guarda Municipal (GM) ao SAMU, ao Serviço de Atendimento Especial ao Paciente Crônico (SAEC) e à Defesa Civil. Também estão previstos o reaparelhamento e capacitação da GM (aquisição de armamentos, equipamentos e novas viaturas), uma central de videomonitoramento e a expansão do sistema de câmeras de vigilância eletrônica com a utilização de tecnologias, como o OCR (câmeras com leitura automática de placas) e vídeo *analytics* (câmeras com sensores de movimento).

O Município Seguro reúne importantes ações no Centro, nos bairros e nas escolas, protegendo as nossas crianças. As novas viaturas, o aumento do número de câmeras e de guardas, além do investimento em tecnologia, colocam, mais uma vez, Jundiaí como líder entre as cidades mais seguras do Brasil. É claro que muito ainda precisa ser feito, mas temos plena confiança que a nossa Guarda Municipal está preparada e é a linha de frente no combate ao crime em Jundiaí.

12. O PPA como base para o novo Plano de Governo 2021-2024

Conforme amplamente difundido neste documento, a elaboração do PPA 2018-2021 teve como base, essencialmente, o PG do prefeito Luiz Fernando Machado, cuja execução se encerra ao final do mandato. Em 2021 caberá ao prefeito eleito a elaboração do novo planejamento quadrienal para o período de 2022 a 2025, conforme está estabelecido no Art. 73-A da Lei Orgânica do Município de Jundiaí, a seguir transcrita:

Art. 73-A. *O Prefeito encaminhará à Câmara Municipal o Plano de Metas de Governo de sua gestão como Anexo do projeto do Plano Plurianual e do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, contendo as prioridades, ações estratégicas, indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública, observando, no mínimo, as diretrizes e os compromissos assumidos com a população durante a campanha eleitoral, bem como os objetivos, diretrizes, ações estratégicas e demais disposições do Plano Diretor e do Plano Plurianual. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º 71, de 28 de junho de 2017).*

Definido pela Constituição Federal de 1988, o PPA é o instrumento de planejamento das ações governamentais, em qualquer esfera (federal, estadual ou municipal), portanto, é nele que o conjunto de projetos e atividades que um governo pretende realizar, deverá ser materializado.

Não foi à toa que o constituinte, quando criou este importante instrumento de planejamento de médio prazo, definiu que o primeiro ano de um governo deverá obrigatoriamente cumprir com aquilo que foi programado no PPA do governo anterior.

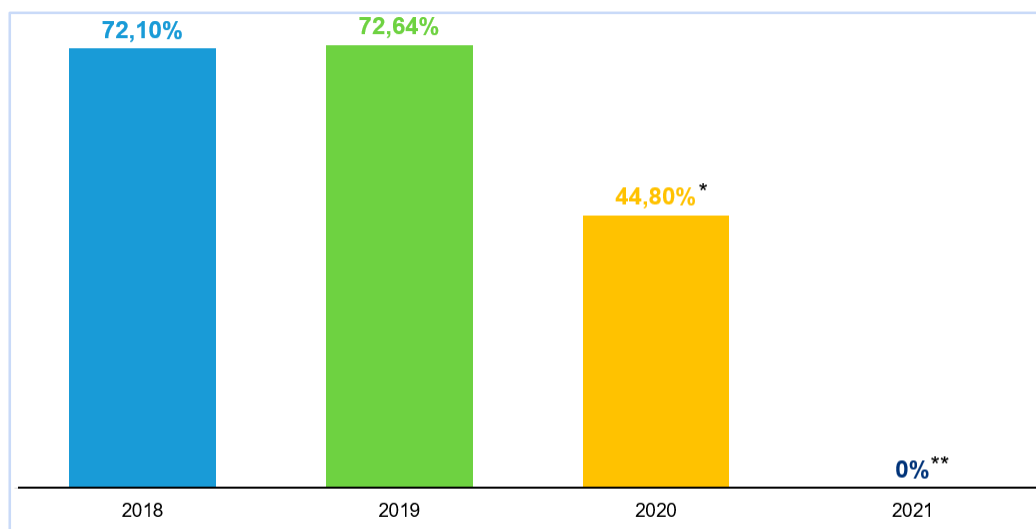
Dessa forma, é essa sábia lógica que garante a continuidade dos projetos, tornando o PPA 2018-2021 a base para o nosso Novo Plano de Governo 2021-2024.

12.1 Resultados da execução do PPA

O Plano Plurianual 2018-2021 vem sendo rigorosamente monitorado e conta com uma página específica na internet (<https://jundiai.sp.gov.br/ppa-2018-2021>) para o seu acompanhamento e utiliza de um sistema de *Business Intelligence* (Inteligência Artificial) que apresenta por completo os índices de eficácia de cada uma das Dimensões, Plataformas, Programas, Ações e Unidades de Gestão.

Os resultados são bastante satisfatórios dadas as condições de restrição orçamentária dos anos iniciais do governo e o infortúnio da chegada da pandemia do Novo Coronavírus.

Figura 6: Índices médios de eficácia do PPA 2018-2021.



Nota *: Índice referente ao período de Janeiro-Agosto (8 meses).

Nota **: Não iniciado.

Quando analisado de forma segmentada, por Programa de Governo (temáticos), os Índices Médios de Eficácia (IME) também apresentam resultados satisfatórios, conforme demonstrado no quadro a seguir, ratificando o compromisso de uma gestão responsável e focada em resultados.

Programa de Governo	IME 2018	IME 2019	IME 2020*
Cidadão Protegido	83%	78%	19%
Cidade Acolhedora	88%	95%	48%
Cidade Competitiva	77%	68%	58%
Cidade Inteligente	44%	36%	22%
Cidade Limpa	59%	54%	43%
Educação Complementar	71%	71%	42%
Educação Infantil	82%	69%	72%
Ensino Fundamental	93%	99%	88%
Ensino Superior	63%	84%	32%
Gestão Eficiente e Responsável	92%	89%	66%

Meio Ambiente Protegido	63%	84%	46%
Mobilidade Eficiente	36%	26%	10%
Moradia Digna	38%	64%	50%
Pacto Pela Saúde	88%	78%	56%
Pacto Pelo Esporte e Vida Saudável	70%	90%	21%
Pluralidade Cultural	84%	79%	39%

Nota *: Índice referente ao período de Janeiro-Agosto (8 meses).

12.2 As Dimensões Transformadoras da cidade e seus objetivos estratégicos

O nosso PG, além de estar alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, observará as estratégias do Programa Cidades Sustentáveis²⁶ e está sendo estruturado sob o alicerce das 5 Dimensões Transformadoras do PPA 2018-2021, e que compõem a base dos 19 programas de governo e que serão considerados para a definição das propostas que serão debatidas e priorizadas em áreas temáticas e transversais, essenciais ao planejamento público.

As Dimensões de Transformação da cidade representam os macrodesafios da gestão, que carregam em seu contexto os objetivos estratégicos que direcionam todo o planejamento. É a partir dessa visão que são estruturados os planos de ação para cada área. São os compromissos com o desenvolvimento e a transformação desejada pela sociedade.

Como estamos tratando de um projeto de continuidade de governo, prosseguiremos usando essas mesmas diretrizes norteadoras para a implementação das políticas públicas e que, dada a natureza dinâmica do processo de planejamento, poderão ser atualizadas ao longo da etapa de elaboração da futura peça de planejamento, em 2021.

A seguir, apresentamos cada uma das Dimensões Transformadoras, com seus objetivos estratégicos e o texto da mensagem que pretendem transmitir para o cidadão, além dos indicadores de impacto (trajetória) que as compõem atualmente (Anexo III da Lei 8.862 de 2017 – PPA 2018-2021).

²⁶ Programa Cidades Sustentáveis - www.cidadessustentaveis.org.br/inicial/home

I – JUNDIAÍ SAUDÁVEL

Objetivo Estratégico:

- Acesso à saúde, atividade física e lazer com qualidade nos serviços prestados e no atendimento à população, visando uma sociedade saudável e ativa fisicamente, com maior qualidade de vida e longevidade.

Mensagem:

- Reformular a rede de atendimento e ampliar a oferta de serviços oferecidos em saúde, atividade física e lazer, modernizando e universalizando o acesso à atenção básica e à saúde da família, humanizando os serviços prestados tanto no contexto preventivo como nas intervenções médicas para tratamento de doenças de modo a obter uma sociedade saudável e ativa fisicamente, conduzindo a cidade a uma nova era em qualidade de vida e longevidade.

Indicador de Impacto	Valor mais recente	Período Referência	Fonte da Informação	Trajетória Esperada	Disponível no Observatório
EXPECTATIVA DE VIDA (EM ANOS)	76,94	2010	CENSO-IBGE	↑	NÃO
NASCIMENTOS DE BAIXO PESO (MENOS DE 2,5KG) (%)	8,07	2015	FUNDAÇÃO SEADE	↓	NÃO
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS - ATÉ 1 ANO)	9,65	2015	FUNDAÇÃO SEADE	↓	SIM
TAXA DE MORTALIDADE DA POPULAÇÃO ENTRE 15 E 34 ANOS (PARA CADA 100 MIL HABITANTES)	80,57	2015	FUNDAÇÃO SEADE	↓	NÃO
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO (PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 60 ANOS E MAIS POR 100 INDIVÍDUOS DE 0 A 14 ANOS)	85,34	2016	FUNDAÇÃO SEADE	↑	NÃO





II – JUNDIAÍ SUSTENTÁVEL

Objetivo Estratégico:

- Desenvolvimento econômico com eficiência no uso sustentável dos recursos naturais e dos ativos ambientais, minimizando os impactos produzidos pelas atividades urbanas.

Mensagem:

- Articular políticas públicas que permitam a expansão da atividade econômica e realização de ações voltadas para o crescimento sustentado, respeitando a preservação do meio ambiente, adotando medidas que envolvam melhorias urbanísticas que levem à minimização dos impactos produzidos pelas atividades urbanas; estimular o uso eficiente dos recursos naturais, a preservação dos recursos hídricos, maior mobilidade – com o incentivo ao uso de meios alternativos de transporte – a ampliação da cobertura vegetal e o manejo dos resíduos sólidos, promovendo uma interação harmônica entre a cidade e o meio ambiente.





Indicador de Impacto	Valor mais recente	Período Referência	Fonte da Informação	Trajétori a Esperada	Disponível no Observatório
ÍNDICE DE PERDAS DE ÁGUA (%)	42	2016	SNIS - MIN. DAS CIDADES		SIM
TAXA DE PASSAGEIROS DE TRANSPORTE PÚBLICOS POR 100 HABITANTES (UN.)	23,9	2016	UGMT/IBGE/SEAD E		SIM
PESQUISAS CONCLUÍDAS NA SERRA DO JAPI (UN.)	11	2016	FUNDAÇÃO SERRA DO JAPI		NÃO
QUANTIDADE DE RESÍDUO RECICLÁVEL COLETADO (KG POR HABITANTE)	87	2016	UGISP/LIMPUB/IBGE		NÃO

III – JUNDIAÍ DE OPORTUNIDADES**Objetivo Estratégico:**

- Jundiaí de Oportunidades: cidade economicamente competitiva, voltada à inovação tecnológica, incentivadora do empreendedorismo, comprometida com o estímulo ao emprego, à qualificação dos trabalhadores e ao ambiente de negócios.

Mensagem:

- Ampliar a competitividade de Jundiaí articulando parcerias estratégicas que proporcionem a atração de novas empresas – e conseqüentemente de novos empregos e de novas tecnologias – inserindo a cidade em um novo contexto produtivo, baseado na inovação, no empreendedorismo, na exploração das potencialidades ligadas ao turismo e ao agronegócio e na economia do conhecimento, de modo a promover a integração entre desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, melhorando a qualificação dos trabalhadores e atraindo novas oportunidades para a economia local, liderando os segmentos da indústria, do comércio e dos serviços regionalmente.

Indicador de Impacto	Valor mais recente	Período Referência	Fonte da Informação	Trajectoria Esperada	Disponível no Observatório
RENDIMENTO MÉDIO DO TOTAL DE EMPREGOS FORMAIS (EM REAIS CORRENTES)	2.919,53	2015	FUNDAÇÃO SEADE		SIM
PIB PER CAPITA (EM REAIS CORRENTES)	93.978,27	2014	FUNDAÇÃO SEADE		SIM
RENDIMENTO MÉDIO DOS EMPREGOS FORMAIS DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA (EM REAIS CORRENTES)	1.317,46	2015	FUNDAÇÃO SEADE		NÃO
QUANTIDADE DE POPULAÇÃO USUÁRIA ATENDIDA PELOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (UN.)	323.000	2016	CIJUN		SIM

IV – JUNDIAÍ DE DIREITOS










Objetivo Estratégico:

- Cidade mais justa, com a universalização dos serviços públicos e políticas que contribuam para a redução das desigualdades, fortaleçam a rede de proteção social e proporcionem maior qualidade no ensino, na mobilidade urbana, acesso à moradia, incentivo à produção cultural e à interação criativa e disseminação da cultura da paz.

Mensagem:

- Implementar ações capazes de incorporar áreas de maior vulnerabilidade da cidade aos padrões universais da urbanidade, fortalecendo a rede de proteção social, transformando áreas de exclusão em áreas de cidadania; ampliar a oferta e proporcionar qualidade no ensino, na mobilidade urbana, no acesso à moradia, no incentivo à produção cultural e à interação criativa e disseminação da cultura da paz. Contempla os direitos básicos do cidadão e marca o compromisso com o aumento da oferta e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Indicador de Impacto	Valor mais recente	Período Referência	Fonte da Informação	Trajectoria Esperada	Atualizado no Observatório
----------------------	--------------------	--------------------	---------------------	----------------------	----------------------------

IDHM - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL	0,822	2010	ATLAS BRASIL 2013 - CENSO 2010		NÃO
ÍNDICE DE GINI	0,543	2010	ATLAS BRASIL 2013 - CENSO 2010		NÃO
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA (%)	10	2016	UGADS/DVS		NÃO
IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL - ANOS INICIAIS (NOTA)	6,85	2015	INEP		SIM
TAXA DE ANALFABETISMO (POPULAÇÃO ACIMA DE 15 ANOS) (%)	3,08	2010	CENSO-IBGE		NÃO
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES NOS EVENTOS, FESTEJOS POPULARES E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS (UN.)	436.000	2015	UGC		SIM
TAXA DE HOMICÍDIO DOLOSO (VÍTIMAS PARA CADA 100 MIL HABITANTES)	5,67	2016	SSP-SP		SIM
LISTA DE ESPERA PARA HABITAÇÃO SOCIAL (UN.)	11.620	2016	FUMAS		NÃO
QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL EM JUNDIAÍ (UN.)	32.720	2015	INEP - CEN. EDU. SUP. 2015		SIM


V – JUNDIAÍ RESPONSÁVEL

Objetivo Estratégico:

- Eficiência, transparência e inovação da gestão pública assegurando qualidade e agilidade nas políticas municipais, responsabilidade na gestão fiscal e comprometimento com o planejamento orientado para resultados.

Mensagem:

- Promover formas inovadoras de gestão que se traduzam em eficiência administrativa e melhor atendimento aos cidadãos e aos fornecedores, disseminando um modelo de governo que preza pelo planejamento voltado para resultados, transparência e responsabilidade fiscal, rompendo paradigmas burocráticos, assegurando qualidade e agilidade nas políticas municipais.

Indicador de Impacto	Valor mais recente	Período Referência	Fonte da Informação	Trajétoria Esperada	Atualizado no Observatório
ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL (NOTA)	7	2016	MPF		NÃO
IEGM - ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (NOTA)	B (EFETIVO)	2015	TCE-SP		SIM
RESULTADO PRIMÁRIO (%)	5,13	2016	PREFEITURA DE JUNDIAÍ		NÃO

13. Propostas inovadoras para uma Cidade Inteligente e Conectada

As propostas a seguir estão organizadas por plataformas de serviços, observadas as demais diretrizes difundidas no documento, especialmente aquelas definidas para construção de uma cidade mais inteligente, humana e sustentável.

Portanto, este conceito mais amplo de cidade inteligente e conectada preconiza não ser possível que municípios atinjam sustentabilidade ambiental ou social, sem a base de um desenvolvimento econômico que garanta uma reprodução dos ganhos nas outras esferas.

Transformar Jundiaí em uma cidade inteligente e conectada é, portanto, tema central do nosso PG, que servirá de base para a estruturação do PPA 2022-2025.

Governança, Finanças e Transparência

- Implantar política de inovação e programa cidade inteligente e conectada para todas as plataformas.
- Potencializar a política de compras governamentais eletrônicas.
- Implementar práticas de sustentabilidade no Paço Municipal.
- Implantar mecanismos de automação no centro de distribuição de mercadorias da PMJ.
- Entregar a nova sede do Iprejun.
- Potencializar a política de serviços digitais, e-Gov e outros serviços on-line no App Jundiaí.
- Implantar novos sistemas de gestão e portais de serviços para o cidadão (autoatendimento).

- Implantar projeto papel zero com a digitalização dos processos físicos da Prefeitura e seus órgãos.
- Implantar projeto de comunicação unificada por meio da telefonia IP.
- Integrar os bancos de dados do Sistema Integrado de Informações Municipais (SIIM).
- Implantar uma nova plataforma de cursos on-line.
- Implantar novo sistema de emissão de licenças de funcionamento (alvará) em tempo real.
- Ampliar a oferta de Wifi em equipamentos públicos para a população.
- Integrar o sistema público de monitoramento de segurança com sistemas privados e com o de gestão de trânsito e de transportes.
- Expandir a capilaridade da rede de fibra ótica (infovia digital).
- Promover parcerias nacionais e internacionais para emprego de tecnologia avançada em educação presencial, on-line ou à distância, diversificando assim as possibilidades de cursos voltados à modernização da gestão pública e profissionalização do serviço público.
- Ampliar a oferta de cursos livres e rápidos para qualificar mão de obra.
- Fortalecer e ampliar as parcerias privadas por meio da Rede Jundiaí de Cooperação.
- Criar um laboratório de ideias (*think tank*) visando desenvolver e apoiar inovações nas políticas públicas.
- Potencializar as parcerias internacionais visando o ingresso de Jundiaí nas redes internacionais de cidades.
- Ampliar as rodadas de negócios para promover a cidade com as Embaixadas e Consulados instalados no Brasil.
- Ampliar a transparência ativa através do Observatório Jundiaí por meio de sistematização da coleta dos dados primários e secundários tornando o portal a principal fonte de indicadores da cidade.
- Reformular o Portal da Transparência do município.
- Implantar política de fiscalização e monitoramento por imagens, em tempo real, das obras públicas.
- Implantar política de governança para resultados e política de *compliance*.
- Ampliar a atuação e as ações afirmativas, visando a defesa dos grupos minoritários, oportunizando estratégias pautadas na equidade.

Saúde e Qualidade de Vida

- Ampliar e qualificar o acesso à atenção à saúde por meio de inovações tecnológicas com a implantação do Sistema Integrado de Gestão em Saúde compreendendo prontuário eletrônico, telemedicina, telediagnóstico, teleterapia e telemonitoramento.
- Ampliar e consolidar a Estratégia de Saúde da Família/ Agentes Comunitários de Saúde e seus núcleos de apoio como modelo prioritário de atenção primária, garantindo acolhimento

humanizado em todos os serviços da rede de saúde, com ampliação dos programas "Posso Ajudar" e "Guardião da Saúde".

- Fortalecer a assistência à Saúde com a ampliação de: Novas UBSs, Clínicas da Família, Prontos Atendimentos, Serviços de Urgência e Ambulatórios.
- Entregar as UPAs da Ponte São João e da Vila Progresso (modelo AME municipal).
- Promover a integração sistêmica entre os complexos hospitalares públicos do município, da rede de atenção pré-hospitalar, aumentando e otimizando o número de leitos SUS, garantindo acesso em tempo oportuno, qualificado e resolutivo a atendimentos, procedimentos, terapias e cirurgias.
- Promover mais saúde na cidade ampliando ações intersetoriais de promoção à vida saudável, com o uso de espaços públicos, parques e complexos esportivos, contemplando todos os ciclos de vida.
- Fortalecer a rede de proteção e cuidado às pessoas em situação de violência.
- Fortalecer a rede de ambulatórios de saúde mental.
- Integrar programas de atividades físicas, esportivas, culturais e de lazer, para promoção de estilo de vida ativo e saudável da criança ao idoso e da pessoa com deficiência no ambiente urbano e rural.
- Ampliar a oferta de eventos esportivos e de lazer em todas as regiões do município e para diferentes faixas etárias.
- Qualificar as instalações esportivas do município e ampliar o número de parques infantis para primeira infância.
- Implantar o programa "avenida livre", para incentivar a prática de atividades físicas.
- Incrementar o projeto desenvolvido em parceria com o HSV, 'Acolha um Quarto, Conforto Vidas'.
- Ampliar a aliança com a Faculdade de Medicina de Jundiaí, objetivando estratégias de saúde pautada na inovação da ciência e da medicina.
- Ampliar o número de pesquisas desenvolvidas pela FMJ.
- Ampliar o programa de obesidade infantil, em parceria com as demais plataformas.
- Executar ações previstas nos protocolos firmados para fortalecer a política da primeira infância e o programa Cidade das Crianças.

Educação e Cultura

- Realizar manutenção qualitativa e preventiva da rede municipal de ensino.
- Reformar, revitalizar e implantar em EMEBs o conceito de Escola Inovadora.
- Construir escola no Complexo Educacional do Residencial Jundiaí.
- Investir em novas tecnologias (TIC) para ofertar novos produtos digitais como livros didáticos e paradidáticos no formato e-book e outros materiais pedagógicos.

- Ampliar a oferta de vagas em creches.
- Intensificar o reforço escolar voltado para leitura, escrita e matemática.
- Implementar estratégias relacionadas ao ensino híbrido: ensino presencial on-line e ensino remoto em diferentes ambientes (escola, em casa e em outros espaços públicos).
- Intensificar a formação de professores pelas plataformas digitais.
- Qualificar o Complexo Argos, incluindo a implantação de um espaço *maker* para a formação dos educadores.
- Constituir Comunidades de aprendizagem escolar.
- Implantar o ensino de robótica na grade curricular.
- Promover competências socioemocionais no ambiente escolar por meio de parceria com o Centro de Valorização da Vida ou organizações equivalentes.
- Promover o programa de enfrentamento à obesidade infantil na rede municipal, em parceria com a plataforma de saúde e qualidade de vida.
- Descentralizar as ações e atividades culturais.
- Criar espaço cultural dedicado à primeira infância na antiga Fábrica Japy.
- Reformar e reorganizar as atividades do CEU das Artes no bairro Vista Alegre.
- Restaurar e reorganizar o Complexo Fepasa, transformando-o em um polo de economia criativa.
- Ampliar a formação e capacitação artística e cultural.
- Reinaugurar o equipamento cultural Centro das Artes.
- Executar ações previstas nos protocolos firmados para fortalecer a política da primeira infância e o programa Cidade das Crianças.

Desenvolvimento Sustentável

- Elaborar Plano de Mobilidade Urbana de Jundiaí e implantar suas estratégias, prevendo integração com novo projeto ferroviário (TIC – Campinas-Jundiaí-São Paulo).
- Implantar eixos de integração constituindo corredores urbanísticos, com priorização do transporte coletivo e outros modais não motorizados.
- Reduzir o número de acidentes com vítimas, com prioridade para ações previstas nos protocolos para primeira infância e no programa Cidade das Crianças.
- Implantar internet das coisas nos semáforos e no sistema de transporte público.
- Projetar um novo Centro de Controle Operacional para a fiscalização e gestão dos deslocamentos das pessoas, cargas e veículos, de forma integrada ao sistema de imagens da Guarda Municipal e ao Centro de Supervisão de Transporte Coletivo.
- Ampliar a instalação de pontos de ônibus.
- Entregar a estação de transferência (terminal) no Vetor Oeste.
- Ampliar a escola mirim de mobilidade.

- Instalar câmeras de vigilância e monitoramento, além de sistema de informação indoor, nos terminais urbanos.
- Ampliar a capacidade de sinalizar as vias da cidade.
- Prosseguir com obras de universalização do saneamento no município.
- Garantir a segurança hídrica e preservação dos mananciais.
- Combater as perdas hídricas, hidráulicas, energéticas e comerciais por meio de estratégias pautadas em tecnologia e inovação.
- Garantir a devolução de esgoto tratado aos rios de acordo com os melhores parâmetros ambientais nacionais e internacionais.
- Implantar automação dos hidrômetros instalados nos consumidores, industrial, comercial e residencial.
- Iniciar execução do projeto do Sistema de Abastecimento de Água no Vetor Oeste.
- Ampliar o programa de educação ambiental incorporando universidades, escolas públicas e privadas e outras, e para diferentes faixas etárias.
- Ampliar ações e projetos de defesa, uso racional, educação ambiental e preservação sustentável da Serra do Japi.
- Ampliar a rede de pesquisadores que utilizam a Base Ecológica da Serra do Japi para pesquisas deste importante bioma.
- Implantar o programa de visitação supervisionada da cachoeira de Morangaba.
- Internacionalizar o conhecimento sobre a Serra do Japi.
- Sinalizar as áreas e vias do território da Serra do Japi, de orientação de restrição, cuidados e rotas de transposição da fauna.
- Ampliar o sistema de monitoramento da Serra do Japi com câmeras e ampliar as áreas de acesso a reserva por todas as portarias.
- Finalizar a implantação de guaritas de monitoramento nas áreas da base ecológica e Santa Clara.
- Elaborar o Plano Municipal Ambiental e implantar suas estratégias de forma cooperada com parceiros de outras plataformas e da iniciativa privada.
- Elaborar plano e implantar as estratégias de mobilidade ativa voltado para a qualificação de calçadas, o paisagismo de praças e para a arborização das vias públicas.
- Iniciar execução do projeto de requalificar o Vale do Rio Jundiáí.
- Implantar novas Praças da Família e Espaços Pet.
- Implantar a estratégia Plano de Desenvolvimento de Bairros prevista no Plano Diretor.
- Executar as obras e ações de requalificação do Jardim São Camilo.
- Ampliar o programa Mais Asfalto.
- Ampliar o uso de asfalto sustentável nas vias da cidade.
- Revitalizar e/ou construir dezenas de praças.

- Implantar novos parques urbanos/botânicos.
- Implantar circuito gastronômico nos parques municipais.
- Elaborar um Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
- Ampliar a canalização e retificação de rios, córregos e canais.
- Implantar sistema de macro e microdrenagem.
- Viabilizar obras de estabilização de encostas e taludes em dezenas de pontos da cidade.
- Recuperar as estruturas, reformar e construir pontes e viadutos.
- Implantar novos ecopontos no município.
- Implementar usina de triagem mecanizada para resíduos recicláveis e domésticos.
- Incentivar o uso de veículos elétricos.
- Implantar o conceito “a 15 minutos de sua casa”.
- Ampliar convênio com a Mata Ciliar para atendimento de animais silvestres.
- Ampliar capacidade de atendimento do DEBEA (Departamento do Bem-Estar animal).
- Estabelecer parcerias técnicas para atendimento e cuidado de animais de grande porte.
- Integrar o Parque Guapeva ao vale do Rio Jundiáí.
- Requalificar o vale do Rio Guapeva.
- Instituir mecanismos de incentivo e/ou regulação que alterem o quadro de emissões dos edifícios comerciais e residenciais da cidade.
- Ampliar as alternativas ao uso do carro como transporte de passageiros.
- Executar ações previstas nos protocolos firmados para fortalecer a política da primeira infância e o programa Cidade das Crianças.

Inclusão e Desenvolvimento social

- Implantar o serviço de república de jovens, promovendo proteção social para maiores de 18 anos que viveram nos abrigos de crianças e adolescentes e estão destituídos do poder familiar.
- Criar o CRAS Itinerante para ampliar capilaridade da rede de atendimento da proteção social básica.
- Ampliar o serviço especializado de abordagem social em face do aumento das pessoas em situação de rua que não acessam os serviços.
- Fortalecer as ações de inclusão produtiva e geração de renda das pessoas em vulnerabilidade social visando atender a demanda emergida em razão da crise econômica/desemprego decorrente da pandemia do novo coronavírus.
- Viabilizar a implantação do serviço Centro Dia para pessoa com deficiência.
- Descentralizar e ampliar a realização de cursos e treinamentos profissionalizantes por meio de estratégias presenciais ou on-line.

- Ampliar os programas de segurança alimentar e amplificar as campanhas permanentes de alimentos, vestuário, entre outras.

Avançar com a regularização fundiária e urbanização do Jardim Novo Horizonte, São Camilo e de outros núcleos de submoradia.

- Viabilizar empreendimentos habitacionais em áreas da Fumas para a construção de moradias populares.
- Consolidar parcerias com a iniciativa privada em áreas demarcadas como ZEIS no Plano Diretor, objetivando a implementação de empreendimentos e loteamentos habitacionais.
- Efetivar parcerias com o Governo Federal (Programa Casa Verde Amarela/Programa Minha Casa Minha Vida) e Governo Estadual (Programa Nossa Casa) para viabilização de empreendimentos habitacionais.
- Buscar reconhecimento da Organização Mundial de Saúde (OMS) como Cidade Amiga do Idoso.
- Potencializar a rede de atenção à pessoa idosa e a inclusão de outros parceiros visando o estabelecimento de uma política pública intergeracional.
- Expandir a cobertura de internet nos territórios de vulnerabilidade.
- Criar programas de frentes de trabalho e geração de renda.
- Criar uma moeda social.

Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Emprego

- Estimular ambientes e oferecer apoio ao empreendedorismo no município.
- Implantar o ecossistema de inovação no município – Campus Jundiaí.
- Promover maior inserção internacional da economia municipal.
- Aumentar a proatividade na atração de investimentos de empresas nacionais e internacionais.
- Viabilizar área para implantação de um distrito empresarial misto (indústria, comércio, serviços, startups tecnológicas e economia criativa), destinado a micro e pequenas empresas.
- Amplificar o alcance do Portal da Empregabilidade.
- Fortalecer e ampliar os equipamentos de abastecimento municipal.
- Potencializar a produção rural do abastecimento, favorecendo o consumo sustentável e o empreendedorismo.
- Estimular o desenvolvimento da produção rural, favorecendo o consumo sustentável e o empreendedorismo.
- Posicionar Jundiaí como um destino turístico inteligente consolidado.
- Fomentar o agronegócio sustentável.
- Criar espaços de coworking públicos para incremento dos negócios e fomentar a inclusão produtiva.

- Fomentar os negócios por meio de um programa de apoio ao empreendedorismo, incluído o de impacto social, comunitário e priorizando os jovens como protagonistas.
- Estimular o turismo social.
- Promover a cultura científica, tecnológica e empreendedora digital na cidade criando um calendário anual de atividades e transformá-los em política pública integrada.
- Viabilizar o banco de projetos inovadores com o objetivo de fomentar espaço para que educandos técnicos/acadêmicos possam desenvolver seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) visando a modernização dos serviços públicos e de se transformar em novas empresas incubadas e aceleradas.

Segurança Municipal e Proteção do Cidadão

- Ampliar o efetivo da Guarda Municipal.
- Capacitar os guardas municipais, priorizando o conceito de guarda comunitária e o uso de tecnologia para gestão da segurança.
- Ampliar o programa Anjos da Guarda, voltado para a ronda escolar.
- Intensificar o emprego da tecnologia para o monitoramento, planejamento e aplicação das estratégias de segurança.
- Construir a nova sede da Guarda Municipal e CICOM – Centro Integrado de Comando, integrado com serviços de urgência (Samu, Saec e Defesa Civil) e mobilidade.
- Construir o posto avançado da Guarda Municipal na região do Vetor Oeste.
- Ampliar a vigilância e proteção da Serra do Japi, garantindo sistema de alerta contra incêndio e sua preservação ambiental.
- Consolidar a readequação do arcabouço jurídico da Guarda Municipal, visando atender as exigências legais e garantir maior autonomia em suas atividades quando da fiscalização de eventos relacionados à perturbação do sossego.